**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA
E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU
MESTRADO ACADÊMICO EM ENSINO**

JOÃO GERMANO ROSINKE

A RELAÇÃO ENTRE OS ASPECTOS SOCIAIS E O PROCESSO DE APRENDIZAGEM NO INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO - *CAMPUS* SÃO VICENTE: ANÁLISE DA CONTRIBUIÇÃO INSTITUCIONAL

CUIABÁ – MATO GROSSO
2019

JOÃO GERMANO ROSINKE

A RELAÇÃO ENTRE OS ASPECTOS SOCIAIS E O PROCESSO DE APRENDIZAGEM NO INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO - *CAMPUS* SÃO VICENTE: ANÁLISE DA CONTRIBUIÇÃO INSTITUCIONAL

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, Mestrado Acadêmico em Ensino (PPGEn) no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso/IFMT (Programa associado a Universidade de Cuiabá/UNIC e ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso/IFMT), como parte do requisito para a obtenção do título de Mestre em Ensino, área de concentração: Ensino, Currículo e Saberes Docentes e da linha de Pesquisa: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Educação Escolar, sob a orientação da Profa. Dra. Edione Teixeira de Carvalho.

CUIABÁ – MATO GROSSO
2019

R821r

Rosinke, João Germano

A relação entre os aspectos sociais e o processo de aprendizagem no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso IFMT Campus São Vicente: análise da contribuição Institucional / João Germano Rosinke. – 2019
63 f.

Dissertação (Mestrado) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso-IFMT. -- Campus Cuiabá 2019.

Orientadora: Profa. Dra. Edione Teixeira de Carvalho.

Bibliografia

1. Aprendizagem escolar. 2. Assistência estudantil. 3. Êxito escolar. I. Título. II. IFMT. III. Orientadora.

CDU: 37.014(817.2)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO
CAMPUS CUIABÁ – CEL. OCTAYDE JORGE DA SILVA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO
Nível Mestrado

ATA DO EXAME DE DEFESA PÚBLICA

João Germano Rosinke

Aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove, às 14:00 horas, no Programa de Pós-Graduação em Ensino do Instituto Federal de Mato Grosso em Rede com a Universidade de Cuiabá na Sala de Projeções, *Campus* Cuiabá "Cel. Octayde Jorge da Silva", sob a presidência da Profa. Dra. Edione Teixeira de Carvalho, como Orientadora, e com a participação dos membros examinadores Profa. Dra. Cilene Maria Lima Antunes Maciel como Examinadora Interna; Prof. Dr. João Vicente Neto, como Examinador Externo, reuniram-se, a banca de Exame de Defesa Púbica de Mestrado de **João Germano Rosinke,** aluno do Curso de Mestrado Acadêmico em Ensino. A dissertação intitulada **"A relação entre aspectos sociais e o processo de aprendizagem no Instituto Federal de Mato Grosso Campus São Vicente: análise da contribuição institucional"** foi apresentada e após a arguição da banca foi aprovada. Para constar, foi lavrada a presente ata que depois de lida e aprovada, vai assinada pelos membros da banca examinadora.

Profa. Dra. Edione Teixeira de Carvalho – Presidente da Mesa e Orientadora
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT

Profa. Dra. Cilene Maria Lima Antunes Maciel - Examinadora Interna
Universidade de Cuiabá - UNIC

Prof. Dr. João Vicente Neto - Examinador Externo
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT

PROGRAMA DE PÓS-GR... IFMT Campus Cuiabá Cel. Octayde J. da Silva ...ENSINO

Cuiabá,18 de Dezembro de 2019.

AGRADECIMENTOS

Manifesto toda a minha gratidão e carinho a todos aqueles que, direta ou indiretamente contribuíram para que esse trabalho se tornasse realidade.

Primeiramente, a **Deus**, por me conceder saúde e sabedoria para seguir sempre em frente.

A minha orientadora, Prof.ª **Edione Teixeira de Carvalho**, meu sincero agradecimento pela orientação valiosa, pela confiança desde o processo seletivo, por ter acreditado neste trabalho e ter me ajudado a realizar um sonho.

Aos meus pais **Renira Rhöl e Oldemar Rosinke**, meu eterno agradecimento pelo exemplo de amor e dedicação durante toda minha vida.

Meu agradecimento especial, a minha esposa **Gisele Cristina Lopes Rosinke**, pelo carinho e apoio, por compreender todos os meus momentos de dificuldade, estando sempre ao meu lado, acreditando e me incentivado a prosseguir em busca de meus sonhos. Meu querido filho **Pedro Lopes Rosinke**, a quem não canso de dizer o quanto eu amo.

Aos membros da banca examinadora, Professora **Dra. Cilene Maria Lima Antunes Maciel** e Professor **Dr. João Vicente Neto** que tão gentilmente aceitaram participar e colaborar com esta dissertação.

Ao Senhor **Willian Silva de Paula**, Reitor do Instituto Federal de Mato Grosso – IFMT, pela confiança em meu trabalho e suporte para que eu pudesse cursar o mestrado conciliando com minhas funções enquanto servidor.

Ao colega e amigo **Marcos Luiz Peixoto Costa**, que me ajudou no momento da seleção do mestrado.

Agradeço a todos de coração!

RESUMO: Nos últimos anos os debates sobre a aprendizagem escolar se ampliaram e passaram a ser analisados a partir da perspectiva da contribuição da política de permanência nas instituições de ensino público Federal. Nesse contexto o Instituto Federal de Mato Grosso – IFMT tem papel de destaque ao promover ações de permanência em relação às vagas ofertadas na instituição, identificando à relação da assistência estudantil com o objetivo fim da instituição. A pesquisa qualitativa descritiva compromete-se em identificar a utilização dos mecanismos de assistência estudantil dentro do IFMT sobre a ótica do pleno aproveitamento para o resultado exitoso no processo de aprendizagem dos alunos do curso técnico em agropecuária integrado ao ensino médio do IFMT *Campus* São Vicente. Nesta perspectiva verificou-se que o IFMT *Campus* São Vicente encontra-se em um processo gradativo de melhoria em relação à utilização da assistência estudantil vinculada ao desempenho escolar. Além de utilizar a assistência estudantil sobre a perspectiva do direito social, está têm se apresentado como ferramenta para a permanência escolar.

Palavras-chave: Aprendizagem escolar, assistência estudantil, permanência, êxito.

ABSTRACT: In recent years, debates about school learning have broadened and started to be analyzed from the perspective of the contribution of the permanence policy in Federal public education institutions. In this context, the Federal Institute of Mato Grosso - IFMT has a prominent role in promoting permanence actions in relation to the vacancies offered in the institution, identifying the relationship of student assistance with the institution's goal. The qualitative descriptive research undertakes to identify the use of student assistance mechanisms within the IFMT on the perspective of full use for the successful outcome in the learning process of students of the technical course in agriculture integrated with high school IFMT Campus São Vicente. In this perspective it was found that IFMT Campus São Vicente is in a gradual process of improvement in relation to the use of student care linked to school performance. In addition to using student assistance from the perspective of social law, it has been presented as a tool for school permanence.

Keywords: School learning, student care, permanence, success.

LISTA DE ABREVIATURAS

CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica

CONSUP – Conselho Superior do IFMT

IFES – Instituições Federais de Ensino

IFMT – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

LDB – Lei de Diretrizes e Base da Educação

PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil

MEC – Ministério da Educação

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PEIAPEE – Plano Estratégico de Ações de Permanência e êxito

PNE – Plano Nacional de Educação

PNP – Plataforma Nilo Peçanha

REUNI – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SETEC – Secretaria de Educação Tecnológica

SISTEC – Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica

TCU – Tribunal de Contas da União

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: SITUAÇÃO DE MATRÍCULAS RELATIVA AO ANO DE INGRESSO DAS TURMAS 37
TABELA 2: SITUAÇÃO DE MATRÍCULAS RELATIVA AO ANO ATUAL..... 38
TABELA 3: RELAÇÃO DE ALUNOS FORMANDOS POR MATRÍCULA ATENDIDA. 50
TABELA 4: RETENÇÃO DO FLUXO ESCOLAR DO CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO DO IFMT – CAMPUS SÃO VICENTE..... 51
TABELA 5: TAXA DE EVASÃO DO CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO DO IFMT – CAMPUS SÃO VICENTE 51
TABELA 6: TAXA DE REPROVAÇÃO DO CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO DO IFMT – CAMPUS SÃO VICENTE 53

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: FLUXOGRAMA PERCURSO DA PESQUISA 36
FIGURA 2: DIFUSÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL ENTRE SERVIDORES 39
FIGURA 3: AÇÕES DE ASSISTÊNCIA OFERTADAS PELO CAMPUS 41
FIGURA 4: A INTERRELAÇÃO ENTRE A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E O ÊXITO DOS ALUNOS 44

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: LEVANTAMENTO DE DOCUMENTOS LEGAIS QUE TRATAM SOBRE POLÍTICA DE PERMANÊNCIA NO INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO – IFMT. 25
QUADRO 2: SITUAÇÃO DOS ALUNOS COTISTAS EM RELAÇÃO À ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E A EVASÃO 42
QUADRO 3: PERCEPÇÃO ENQUANTO O OBJETIVO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL 45
QUADRO 4: INDICADOR DE DESEMPENHO CONFORME ACÓRDÃO Nº 2.267/2005 TCU/PLENÁRIO 50

SUMÁRIO

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA 14

E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO 14

1. INTRODUÇÃO 13

2. UM BREVE HISTÓRICO DA PERMANÊNCIA ESCOLAR ENQUANTO POLÍTICA INSTITUCIONAL 17

2.1 A Permanência enquanto política institucional ao passar dos anos. 18

2.2 O plano estratégico de ações de permanência e êxito do IFMT. 22

2.3 A permanência e a evasão na educação técnica 26

2.4 Desempenho escolar e a política de permanência. 29

3 CAMINHOS DA PESQUISA 33

3.1 Opções metodológicas 33

3.2 Lócus da pesquisa 34

3.3 Participantes da pesquisa 35

3.4 Percurso da pesquisa 36

3.5 Produção de dados 36

4 ANÁLISE DE DADOS PRODUZIDOS 37

4.1 Percepção do servidor sobre a política de assistência estudantil 39

4.2 Experiência e vivência sobre o tema da aprendizagem escolar 43

4.3 Concepção acerca do objetivo da assistência estudantil; 45

4.4 Concepção sobre as ações de assistência estudantil ofertada pelo *campus*. 46

4.5 Indicadores de desempenho institucional 49

4.6 Rendimento escolar dos estudantes cotistas 53

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS 54

6. REFERÊNCIAS 57

1.1 Apêndice A – Termo de consentimento livre e esclarecido 61

1. INTRODUÇÃO

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica iniciou em 1909, quando foram criadas 19 escolas de Aprendizes e Artífices que, posteriormente deram origem as Escolas Industriais, Escolas Técnicas e aos Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (CEFETS). Concebida no seu início como instrumento de política voltado para as "classes desprovidas", a Rede Federal atualmente configura-se como importante estrutura para que jovens e adultos tenham acesso ao ensino profissional.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - IFMT constitui-se em uma autarquia instituída pelo Governo Federal através da Lei n° 11.892/2008, oriunda dos antigos CEFET Cuiabá, CEFET Mato Grosso e Escola Agrotécnica Federal de Cáceres. Atualmente possui 14 *campi* e 05 campi avançado, totalizando 19 unidades em funcionamento. Atendendo à legislação e a uma demanda social e econômica, o IFMT tem focado sua atuação na promoção do desenvolvimento local, regional e nacional, conforme estabelecido no artigo 6º da Lei de criação dos Institutos Federais.

Justamente é o desenvolvimento econômico que tem motivado a política nacional de interiorização da educação profissional no país, principalmente pelo grau acelerado de produção a nível mundial e por haver, segundo Genari (2001), a partir do final da década de 1990, um novo cenário econômico e produtivo no país, baseado no desenvolvimento de novas tecnologias que foram agregadas à produção e ao setor de serviços.

Nesse viés, o IFMT assume papel protagonista na educação profissional e tecnológica no Estado de Mato Grosso. Com função social de extrema relevância, a instituição é constituída a partir da relação entre homens, não no sentido sexista, mas de seres humanos. Uma relação histórica e conflituosa, pois expõem pensamentos conservadores e inovadores, seja no processo de sua gestão, seja no processo de aprendizagem escolar. Para Gadotti (1980) e Freire (1997), o ser humano possui a necessidade de existir e essa tarefa passa pela necessidade de se posicionar em relação aos outros e ao mundo, sendo essa uma função intransferível. A autonomia do ser humano está relacionada ao respeito e a dignidade conquistada a partir da ruptura das opressões da sociedade.

Pelos seus preceitos de escola pública e gratuita, a instituição atende os requisitos de reserva de vagas previstas na Lei nº 12.711/12 e no Decreto nº 7.824/12. Ou seja, 50% das vagas ofertadas nos diferentes níveis, necessariamente devem ser ocupadas por estudantes oriundos de escola pública. Certamente esse é o instrumento mais objetivo que tem por finalidade corrigir distorções históricas de oportunidades aos mais desvalidos da sorte. Tal

afirmação é possível, pois a Rede Federal de ensino tem se mostrado altamente eficaz quando avaliada, seja pelos dados do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, seja pelas avaliações dos cursos superiores de reconhecimento de cursos por parte do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Anísio Teixeira - INEP.

Portanto, no momento da seleção dos discentes nascem alguns desafios institucionais relativos ao processo de aprendizagem. Pelo fato da concorrência ser elevada, a exemplo do curso superior em agronomia na cidade de Campo Verde, 11 candidatos por vaga e o curso técnico em agropecuária integrado ao ensino médio, ofertado pelo *campus* São Vicente, com concorrência no último edital nº 59/2017, de 4,4 candidatos para cada vaga, os alunos que participam da ampla concorrência encontram-se em um nível de aprendizagem escolar mais adequado ao seu desenvolvimento cognitivo biológico em relação aos alunos selecionados pela reserva de vagas. Isso fica comprovado a partir da análise do número de acertos no certame seletivo de ingresso.

O desenvolvimento do aluno, segundo Vygotsky (2010) pode ser entendido como o conjunto de habilidades adquiridas em relação ao desenvolvimento natural da criança e adolescente. Está relacionado ao conjunto de capacidades específicas e independentes a exemplo da memória, juízo, atenção, observação, hábitos, etc. O autor também afirma que a aprendizagem escolar nunca parte do zero, pois cada pessoa já foi condicionada a momentos de aprendizagem antes mesmo da escola. A aprendizagem escolar nada mais é do que um processo de desenvolvimento do sistema nervoso central.

A aprendizagem escolar estimula o processo interno de desenvolvimento, porém nunca se produzem de maneira simétrica e paralela. A importância dessa observação está diretamente relacionada à maneira com que os conteúdo e disciplinas estão dispostos nos currículos escolares, uma vez que é necessário respeitar o curso do desenvolvimento da criança e do adolescente para obter resultados satisfatórios na aprendizagem escolar.

Além da transferência de conhecimento ou de um simples ato instrutivo, o processo de aprendizagem possui características que devem ser trabalhadas. Para organização desses procedimentos, o IFMT regulamenta a forma como a aprendizagem deve ser estruturada. Por meio de documentos oficiais, como exemplo o Projeto Pedagógico Institucional - PPI e também da Organização Didática – OD, que é uma espécie de manual ou livro de cabeceira dos procedimentos rotineiros da organização de cada *campus* no que se refere às atividades de ensino. Essa regulamentação possui por objetivo transparecer a comunidade escolar quais os procedimentos relativos ao processo de aprendizagem que devem ser seguidos dentro da instituição.

Somando a essa organização a instituição utiliza da política de assistência estudantil como ferramenta fundamental para a permanência e sucesso dos estudantes. Prevista no Projeto Pedagógico Institucional ela é concebida a partir de uma perspectiva de direito social. Isso é reforçado pela criação do Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, Decreto n° 7.234/10. Além da Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, Decreto nº 6.096/07 e a Lei de criação da Rede Federal de Ensino – IFES, Lei nº 11.892/2008.

No âmbito organizacional o IFMT constituiu coordenações compostas por diferentes profissionais, cujo trabalho se relaciona diretamente às questões de suporte ao ensino e a promoção da permanência dos estudantes. Justamente para fortalecer o acompanhamento pedagógico e social de seus discentes. Exemplo disso são os setores pedagógicos em cada *campus*, compostos por profissionais, tais como: técnico em assuntos educacionais, pedagogo, nutricionista; e ainda a coordenação de apoio ao estudante - CAE que se configura como porta de entrada ao suporte para o aluno em diferentes assuntos, essa coordenação é composta por assistente social, psicólogo, enfermeiro e assistente de alunos.

Institucionalmente o desafio é responder se as ações socioassistenciais, desenvolvidas pelo IFMT *campus* São Vicente têm contribuído para o sucesso escolar de seus estudantes. Nesse sentido o objetivo geral da pesquisa compromete-se em compreender o processo de aprendizagem, relacionando com a atuação direta da política de permanência do IFMT no resultado do fracasso ou sucesso dos estudantes.

Os objetivos específicos da pesquisa recaem em obter o rendimento escolar dos alunos do curso técnico em agropecuária, integrado ao ensino médio que ingressaram por meio da política de reserva de vagas no IFMT *campus* São Vicente nos anos de 2017 e 2019. Também em relacionar as ações institucionais específicas de permanência, ofertadas aos os alunos das turmas ingressantes nos anos de 2017 e 2019 do IFMT *campus* São Vicente. E por final, tem ainda por objetivo específico, compartilhar os resultados da pesquisa com os demais *campi*, a partir de uma apropriação dela por parte do IFMT.

Nesse sentido, cabe estabelecermos de início, a definição do êxito escolar que está diretamente relacionado à permanência dos estudantes na instituição. Esse conceito está diretamente ligado ao marco legal, o Decreto nº 7.234/2007, que estabelece a assistência estudantil, o Plano Nacional de Assistência Estudantil e os recursos destinados a esta. O conceito de permanência pode ser atribuído a algo que perdura pelo tempo. Já no campo da educação só pode ser superado se for entendido o conceito de evasão e retenção.

Para Dore e Lüscher (2011), a evasão é um processo multiforme, pois pode se referir à retenção e repetência do aluno na escola; à saída do aluno da instituição, do sistema de ensino, da

escola e posterior retorno; ou a não conclusão de um nível de ensino. Entendendo que a evasão "ocorre do desligamento do estudante de um curso, caracterizada em diversas situações, tais como: abandono, pedido de cancelamento de matrícula, transferência interna ou externa" (BRASIL/MEC, 2015, p. 2), a mesma traz um grande prejuízo à vida do estudante que interrompe seus estudos, ao desenvolvimento do país e aos cofres públicos, uma vez que é investido todo um esforço humano, material, de recursos e de infraestrutura com o objetivo de que a população tenha seu nível de escolaridade e conhecimento elevado.

Já a retenção, entendida como "não conclusão do curso no período previsto" (BRASIL/MEC, 2015, p. 2) é fator preponderante para que a evasão aconteça na sequência, trazendo da mesma forma fracasso ao sistema educacional, à instituição de ensino e à vida do estudante.

Para alcançar os objetivos da pesquisa sabe-se que é necessário compreender as concepções e tendências das políticas educacionais a nível nacional e também em nível de instituição, em diferentes documentos como, por exemplo, o Projeto Pedagógico Institucional, Plano de Desenvolvimento Institucional e Organização Didática.

Na prática, o trabalho servirá como norteador de futuros ajustes na política de assistência estudantil e nas ações pedagógicas de acompanhamento do processo de aprendizagem escolar, com vistas à melhoria dos índices de permanência. Significando uma redução nos índices de evasão através de uma política mais acertada e interligando os aspectos assistenciais às atividades de ensino. Poderá ainda, balizar o plano anual de capacitação de servidores com vistas a melhorar pontos específicos que por ventura estejam menosprezados.

Nesta dissertação o segundo capítulo foi reservado para a apresentação de discussões feitas por autores sobre o assunto, servindo como embasamento para o desenvolvimento do tema da pesquisa. Em seguida, o capítulo terceiro irá apresentar os caminhos da pesquisa. Ou seja, a metodologia traçada para o alcance dos objetivos da pesquisa. O quarto capítulo trará a análise dos resultados, expondo as descobertas da pesquisa e estabelecendo relação de causa e consequências das informações coletadas. Por final, as considerações finais serão apresentadas no quinto capítulo da dissertação.

2. UM BREVE HISTÓRICO DA PERMANÊNCIA ESCOLAR ENQUANTO POLÍTICA INSTITUCIONAL

Desde sua criação em 2008, o Instituto Federal de Mato Grosso iniciou um processo de expansão geográfica pelo Estado. Atualmente a instituição atende 28.887 alunos sendo que destes 12.304 estão matriculados em cursos técnicos de nível médio, conforme dados da Plataforma Nilo Peçanha (PNP 2019) [1].

Pode-se afirmar que o IFMT é a principal instituição de educação profissional e tecnológica do estado de Mato Grosso; diante disso, a promoção da inclusão social também é uma das metas e figura entre um dos papéis mais significativos, estando inclusive definida como tal no Estatuto da Instituição, publicado no Diário Oficial da União de 04.09.2009 em seu Art. 4º - O IFMT, em sua atuação, observa os seguintes princípios norteadores: I - compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência, publicidade e gestão democrática; II - verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão; III - eficácia nas respostas de formação profissional, difusão do conhecimento científico e tecnológico e suporte aos arranjos produtivos educacionais, locais, sociais e culturais; IV - inclusão de pessoas com deficiências e com necessidades educacionais especiais; e V - natureza pública e gratuita do ensino regular, sob a responsabilidade da União.

Dado seu alcance geográfico, sua amplitude na oferta de vagas de ensino e o diversificado portfólio de modalidades de ensino é relevante afirmar que o IFMT tem função estratégica no processo de desenvolvimento social e principalmente econômico, quando atende em parte a demanda por mão-de-obra para os setores da indústria, comércio e de serviços. Sob a ótica social a instituição contribui no sentido de promover o aumento da renda dos trabalhadores e por consequência um aumento na qualidade de vida desses.

Por sua estrutura ser *multicampi* algumas de suas unidades apresentam especificidades quanto à sua estrutura e oferta de cursos, como por exemplo, os *campi* localizados em São Vicente, Confresa, Campo Novo do Parecis, Juína e Cáceres, que possuem vocação agropecuária, possuindo estruturas de escolas-fazenda e, dentre outras características, mantém alojamento (residência estudantil), restaurante e estrutura necessária para receber alunos

---

[1] Criada em 2018 pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC), a Plataforma Nilo Peçanha (PNP) destina-se à coleta, tratamento e publicização de dados oficiais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede Federal). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec-programas-e-acoes/plataforma-nilo-pecanha>. Acesso em: 17 out. 2019.

internos em suas sedes. Os demais *campi possuem* estrutura voltada para a área de prestação de serviços, indústria e comércio (PDI 2014 – 2018).

2.1 A Permanência enquanto política institucional ao passar dos anos.

Vislumbrando atender as premissas fins de sua criação, ao passar dos anos o IFMT tem avançado no sentido de acompanhar as questões do mundo do trabalho. Porém, com o advento da entrada de novas tecnologias como a internet, nos anos 1990, novos sistemas produtivos, a exemplo da indústria 4.0 em 2011 e um elevado grau de transformações no mercado de trabalho. Fica cada vez mais desafiador para a instituição acompanhar tais alterações, seja pela falta de mobilidade legal, seja pela cultura corporativa necessária para que as mudanças possam acontecer.

Nesse ínterim, Dubar (1998) identifica que as relações de trabalho passaram a serem baseadas no modelo de competência, onde o mercado de trabalho valoriza a empresa e o contrato individual de trabalho. Em detrimento do modelo de qualificação que reconhecia até então o "diploma" como filtro para o ingresso em determinada vaga de trabalho. Além disso, segundo o autor, o mercado passou a reconhecer ainda mais aqueles perfis que conseguem rapidamente identificar e solucionar desafios que o trabalho exige, passando o reconhecimento do saber a ter uma importância ainda maior para o mercado.

Importante ressaltar que mercado de trabalho nada mais é do que os locais e ambientes onde existam trocas econômicas, ou onde estejam sendo criados diferentes tipos de trabalhos, intelectuais e laborais. Adam Smith (1776) já reconhecia na sua teoria do valor-trabalho, a intelectualidade sobre o prisma da geração de valor a algum objeto ou processo. Naquele momento o autor que descrevera tão bem a formação dos preços e o valor de cada coisa sobre a ótica física, conseguiu também atribuir valor sobre aquele esforço intelectual, na criação, no pensamento e na melhoria de processos.

Dubar (1998) sustenta que esse processo de competência, vem no contraponto do trabalho intelectual, valorizando ainda mais a amplitude de conhecimento, ou seja, em diferentes áreas, sobre aquele conhecimento especializado, e restrito a uma ou até poucas áreas. Não seria equivocado interpretar esse modelo de competência como uma forma que o sistema capitalista encontrou para diminuir a renda das famílias, aumentando assim os lucros do capital sobre os trabalhadores. Mais uma forma de aguçar as características excludente e concentradora do capitalismo.

No Brasil, ao longo da história, diferentes governos buscaram corrigir as distorções sociais, exercendo mandatos com forte tendência ao bem-estar social, exemplo disso foi o governo Vargas 1930 á 1945, que se baseou na ampliação dos direitos sociais, na valorização da massa trabalhadora e na ampliação dos serviços públicos como saúde e educação.

Mais tarde, com a aprovação dada pela Constituição Federal em 1988, o contexto de redemocratização do país possibilitou a garantia dos direitos aos cidadãos, dentre eles o direito a educação, previsto no artigo 205, "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família"; e no artigo 206 onde afirma que o ensino será ministrado com igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (BRASIl, 1988).

A Carta Magna trouxe como objetivo o bem-estar e a justiça social, porém ao tratar de questões de ordem econômica o texto caminha para a defesa do sistema econômico capitalista atribuindo ao Estado apenas a regulação e normatização do sistema, onde a educação básica ficou sob a responsabilidade dos Estados e municípios (BRASIL, 1988).

A ampliação do acesso à educação, tanto pelo aumento de vagas por parte do Estado, e também pelo financiamento privado ao ensino superior, ocorrem para atender uma demanda proposta na Lei de Diretrizes e Bases da educação brasileira - LDB/1996. A Lei trouxe avanço para a educação, como também levantou críticas sobre as formas de controle e regulamentações da educação para uma sociedade voltada para o capital, assim como o desafio sobre as questões relacionadas à formação docente, o desenvolvimento de crianças mais carentes e sobre a melhoria na qualidade do ensino médio (BRASIL 1996).

Justamente a pauta educação não foi priorizada pelos governos pós Vargas até o momento, deixando o sistema educacional brasileiro fragilizado e sem resultados positivos para a sociedade. A tentativa mais recente de ampliação da oferta de vagas de ensino básico, técnico e tecnológico, foi à criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica por meio da Lei n° 11.892/08 – criação dos IFEs – composta por 643 unidades, oferta atualmente 1.031.798 matrículas pelo país, conforme (PNP 2019).

Durante o governo de Luís Inácio Lula da Silva 2003 - 2010, um novo contexto sobre educação surgiu no debate em diversos países, justamente pela discussão da mudança de perfil do Estado, que a partir de então passou a assumir uma postura que priorizava o bem-estar social. Houve a preocupação com a política de permanência no Brasil e então em 19 de julho de 2010 foi assinado o Decreto nº 7.234, que criou o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, executado no âmbito do Ministério da Educação; e que tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal. Esse arcabouço de legislação orienta as políticas das instituições públicas de ensino

superior, nesse caso específico, será aqui trabalhado o caso do Instituto Federal de Mato Grosso. Por não haver legislação específica para o ensino médio, por similaridade as instituições utilizam essa legislação como base para suas normativas.

Dessa forma, a política de assistência estudantil adquire relevância no país. Compreendida por Barbosa (2009) como o conjunto de políticas realizadas através dos programas de promoção, assistência e apoio, que têm como objetivo principal criar condições que contribuam para a permanência dos estudantes nos estabelecimentos de ensino, melhorando sua qualidade de vida e consequentemente seu desempenho acadêmico e de cidadãos.

Para Silva e Nogueira (2015):

> "Permanecer envolve fatores de ordem material e/ ou simbólica, que podem corresponder a desejos e interesses afetos ao estudante, aos relacionamentos que se estabelecem na academia, a características da instituição formadora, a situações pessoais e familiares, entre tantos outros. Não menos importante, a assistência estudantil guarda particularidade de considerar fatores socioeconômicos e culturais diretamente afetos ao estudante em situação de carência material (SILVA; NOGUEIRA, 2015, p.55).

A ampliação do enfoque sobre a permanência, além da assistência estudantil é de fato importante, pois demonstra demais fatores da não permanência. Nesse sentido Veloso e Almeida (2001), afirmam que a permanência é mais do que um processo que depende do próprio aluno; é também um fenômeno institucional, pois reflete a ausência de uma política de permanência no curso escolhido pelo estudante. Para as autoras, a ausência de uma política eficiente de permanência na educação é apenas mais um processo dos quais os alunos estão segregados nas universidades públicas.

Silva e Nogueira (2016), afirmam que além da assistência estudantil as ações gerais qualificadoras de ensino-aprendizagem são importantes para todos, podendo interferir na decisão de permanência, inclusive atenuando a violência da condição material.

Para as autoras, os dados demonstram que se devem investigar os fatores sociais, as ações institucionais, as interferências nos planos pedagógicos dos cursos, as decisões de caráter particular do aluno entre outros fatores que levam a não permanência.

Veloso e Maciel (2015) apontam que a permanência não se apresenta, atualmente, como um grande desafio para o acesso ao ensino. E que foram formuladas algumas alternativas políticas estratégicas que favorecem o acesso e a permanência dos estudantes vindos dos segmentos sociais mais pobres. Assim:

> Algumas características desse processo de expansão nas IES públicas, no que se refere ao acesso e à permanência, são: a) diversificação na distribuição e localização de instituições, e b) a priorização de características sociais e étnicas nos processos

> seletivos. Para exemplificar o exposto, consideramos a abertura de universidades e de unidades acadêmicas em regiões mais pobres, a concessão de bônus na pontuação obtida no vestibular, à reserva de vagas para estudantes egressos de escolas públicas para negros e indígenas, e a expansão de vagas no turno noturno. (VELOSO; MACIEL, 2015, p.245).

Portanto, Veloso e Maciel (2015) sustentam que essas ações favorecem o acesso e a permanência, minimizam dados estatísticos de grupos específicos, mas não interferem na estruturação social, política e econômica que determina tais condições. E que esses programas acabam por seguir a lógica de inclusão do sistema capitalista, amenizam os efeitos da desigualdade ao passo que mantem as mesmas condições excludentes e concentradoras de renda do capitalismo.

No bojo das discussões sobre permanência se faz mister considerar que além das estratégias de superação social toda reorganização do ensino assumiu condições de gestão gerencialista para que pudessem se manter. Sobre tudo, o Decreto nº 7.313/2010, expressa o ponto chave na distribuição orçamentária com vistas às características da administração gerencialista no momento em que vincula ordens de prioridades na distribuição dos recursos baseada em alguns indicadores, sendo eles:

> Art. 4º Na elaboração das propostas orçamentárias anuais dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, o Ministério da Educação deverá observar a matriz de distribuição, para a alocação de recursos destinados a despesas classificadas como Outras Despesas Correntes e de Capital.
> § 1º A matriz de distribuição será elaborada a partir de parâmetros definidos por comissão paritária, constituída no âmbito do Ministério da Educação, integrada por membros indicados pelo colegiado de reitores dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e por aquele Ministério.
> § 2º Os parâmetros a serem definidos pela comissão levarão em consideração, entre outros, os seguintes critérios:
> I - **o número de matrículas e a quantidade de alunos ingressantes e concluintes** em todos os níveis e modalidades de ensino em cada período;
> II - a **relação entre o número de alunos e o número de docentes** nos diferentes níveis e modalidades de ensino ofertado;
> III - as diferentes áreas de conhecimento e eixos tecnológicos dos cursos ofertados;
> IV - **o apoio às instituições públicas de ensino, em ações e programas de melhoria da educação básica**, especialmente na oferta do ensino de ciências, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
> V - a existência de **programas institucionalizados de extensão e certificação, com indicadores de monitoramento**;
> VI - a **produção institucionalizada de conhecimento** científico, tecnológico, cultural e artístico, reconhecida nacional e internacionalmente;
> VII - a existência de **núcleos de inovação tecnológica**;
> VIII - o **número de registro e comercialização de patentes**;
> IX - os **resultados das avaliações realizadas por sistemas nacionais de avaliação da educação em todos os níveis e modalidades de ensino, capazes de aferir a qualidade de ensino ofertado**;
> X - adesão a sistemas de informação e programas de interesse coletivo instituídos pelo Ministério da Educação; e

> XI - a existência de **programas de mestrado e doutorados, especialmente os profissionais**, e seus respectivos resultados da avaliação pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES (DECRETO nº 7.313, de 22 de dezembro de 2010).

Nesse sentido, a Rede Federal de EPTC atua alicerçada no tripé de educação, pesquisa e extensão, e possui orçamento próprio para demandas de custeio, investimento e assistência estudantil (BRASIL, 2008). Essa exigência, que vincula os repasses orçamentários ao desempenho dos estudantes, traz desdobramentos na gestão do Instituto Federal de Mato Grosso. Como por exemplo, a necessidade de trabalhar a política de permanência de maneira mais cuidadosa. Por isso trataremos alguns indicadores diretamente relacionados à permanência e ao êxito, que serão os seguintes: taxa de evasão, taxa de reprovação, taxa de retenção e taxa de diplomação do grupo de alunos objeto dessa pesquisa.

2.2 O plano estratégico de ações de permanência e êxito do IFMT.

A partir de sua criação em 2008, as ações de permanência no IFMT ocorriam de maneira individualizada por *campi*, reflexo da característica da autonomia pedagógica das unidades. Porém, o tema ganhou maior importância no ano de 2017, quando foram emitidas constatações sobre a necessidade de aumentar os índices de permanência pelo Tribunal de Contas da União no Acórdão TCU n° 4.836/2017. A partir de então, o Instituto Federal de Mato Grosso criou o Plano Estratégico de Ações de Permanência e Êxito. Considerando a característica *multicampi* foi instituída em cada unidade uma Comissão Permanente Local de Acompanhamento das ações de Permanência e Êxito.

O plano estratégico iniciou-se com a constituição da comissão interna de sistematização e elaboração do Plano Estratégico Institucional de Ações de Permanência e Êxito dos estudantes do IFMT – PEIAPEE, por meio da Portaria IFMT n° 2.322 de 28 de outubro de 2015. Na justificativa para a elaboração do plano, destacou-se os altos níveis de estudantes retidos e evadidos, sendo o propósito do plano reduzir esses níveis a índices aceitáveis.

Baseado na finalidade de elaborar ações efetivas, envolvendo toda a comunidade escolar e no intuito de levantar dados, tabular, apresentar e propor ações e intervenções com o objetivo de minimizar gradativamente a evasão e a retenção nos cursos ofertados, o plano estratégico remete a uma ação propositiva que busca contribuir no processo de ensino e

aprendizagem para uma formação qualitativa do estudante. Buscando dotá-los de formação científica e humanística suficientes para uma formação emancipadora, tendo como base o êxito escolar e não somente a manutenção desse indivíduo no ambiente escolar (PEIAPEE-IFMT, 2017), o plano de permanência do IFMT buscou alcançar os seguintes objetivos:

> **Objetivo Geral** Elevar os índices de permanência e êxito dos estudantes, em todos os níveis e modalidades de ensino ofertadas no Instituto Federal de Mato Grosso, por meio de um programa de ações efetivas. **Objetivos Específicos**: Levantar as ações realizadas nos Campi para a prevenção da evasão e retenção dos alunos; Diagnosticar as principais causas de evasão e retenção nos Campi do IFMT; Desenvolver mecanismos de acompanhamento das ações que serão implementadas nos campi; Acompanhar as comissões locais na implementação de ações de prevenção e correção de problemas relacionados à evasão e retenção dos estudantes; Propor capacitação específica para os servidores envolvidos em ações de prevenção da evasão; Articular o envolvimento das famílias nos processos de ensino-aprendizagem; Estimular a criação de grupos de debates e a realização de oficinas sobre a retenção e evasão, envolvendo a comunidade interna e externa nos Campi; Propor ações que elevem os índices de aprovação e conclusão nos cursos, dentro dos prazos previstos para a integralização; Incentivar atividades acadêmicas que envolvam servidores e estudantes fora do ambiente de sala de aula. (PEIAPEE-IFMT, 2017 p. 17)

Para o alcance dos objetivos a comissão executora deste plano de permanência, optou pela pesquisa de campo, através de coleta de informações e o levantamento de amostras dentro do IFMT. Para auxiliar na coleta de dados e condução dos trabalhos da comissão, foram nomeadas comissões locais ao passo de todos os *campi* do IFMT possuírem comissão local de permanência e êxito composta principalmente por servidores de diferentes áreas, como assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, docentes e enfermeiros.

A partir de então, para a construção do plano, foram analisados dados quantitativos do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC. Já sobre a ótica qualitativa a comissão realizou a aplicação de dois questionários, sendo o primeiro para as comissões locais e o segundo para todos os servidores e alunos dos *campi*.

Então conclui-se que em 2017 todos os *campi* apresentavam ao menos uma ação de permanência dentre o portfólio de ações executas, que eram as seguintes:

> Moradia estudantil masculina e feminina com acompanhamento contínuo; Alimentação gratuita, para residentes e semi-residentes dos cursos integrados; Assistência Estudantil, com oferta de bolsas de monitorias em diversos componentes curriculares do Ensino Médio e do Ensino Superior; Bolsa permanência para o Ensino Superior; Laboratórios e biblioteca à disposição dos estudantes nas dependências do *Campus*; Projetos de ensino, pesquisa e extensão; Atividades esportivas e culturais; Atendimento na enfermaria; Assistência odontológica e psicológica; Equipe pedagógica com trabalho contínuo de apoio aos docentes, no desenvolvimento dos projetos educativos e no atendimento aos estudantes; Trabalho em comissão, formada principalmente por servidores da Coordenação Geral de Atendimento ao Educando objetivando orientar e prevenir as ações de trote; Realização de pesquisas científicas orientadas; Realização e/ou participação em Mostras Científicas; Aulas de reforço/nivelamento; Visitas domiciliares/assistência social; Estágio supervisionado remunerado; Participação no PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência). (PEIAPEE-IFMT, 2017 p. 31)

Entre as ações de permanência a serem implementadas, o plano destaca aquelas que estão diretamente ligadas a fatores internos do IFMT, como as dificuldades relativas à educação anterior, dificuldade de adaptação aos estudos de disciplinas específicas do curso, dificuldade de adaptação à vida estudantil no IFMT, metodologia utilizada pelos professores, falta de acesso à assistência estudantil em forma de bolsa, dificuldade com as aulas práticas, falta de materiais pedagógicos para atendimento a pessoas com necessidades específicas e a falta de acompanhamento efetivo e constante do docente em relação ao desempenho do aluno. (PEIAPEE-IFMT, 2017 p. 37)

Entre os fatores externos o (PEIAPEE-IFMT, 2017) relacionou a distância dos *campi* aliada à dificuldade com transporte escolar, dificuldade financeira e a dificuldade em conciliar o estudo com o trabalho.

Para Araújo e Santos (2012), muitos alunos não estão preparados para assimilar conteúdos do ensino profissional, dada a insuficiência de conteúdos a eles ofertados na educação fundamental. Somado a essa situação, argumenta Prado (2011), que os processos seletivos para ingressar nos cursos profissionalizantes, não avaliam se o aluno tem o conhecimento necessário.

Entre os fatores internos à não permanência está a não adaptação ao estudo de disciplinas específicas, que recaem sobre o ensino profissional. Nesse campo, devemos destacar a importância do planejamento de ensino, com enfoque para o ensino integrado e sua dinâmica peculiar. Todo o arcabouço de medidas que vão do desenvolvimento do currículo, procedimentos para o planejamento de disciplinas, aulas práticas e teóricas, como incentivar a participação efetiva dos alunos é fundamental para tornar a adaptação deste de forma mais favorável.

Conforme Bordenave e Pereira (2011), em geral, de um lado os professores não se percebem como maus comunicadores, mas em alguns casos são conteudistas; não se preocupam em utilizar meios visuais; não se detém para que alunos de raciocínio mais lento assimilem; não se preocupam em informar o objetivo de sua aula, entre outros. Por outro lado, os alunos não prestam atenção ao que os professores estão dizendo; fazem outras coisas que não as atividades propostas pelo professor; tem preguiça de pensar, adotando atitudes passivas; superestimam a memória, desconsiderando a necessidade de realizar anotações; adotam atitudes de rejeição e revolta em relação ao professor, entre outras.

Araújo e Santos (2012, p.13) defendem que os fatores que motivam ou desmotivam os estudantes são múltiplos, entre eles estão o interesse de aprendizagem, a questão sócio econômico e cultural da família, questões pedagógicas e estruturais da escola.

O quadro 1 relaciona as legislações pertinentes à política de assistência estudantil nas diferentes esferas administrativas no país.

Quadro 1: Levantamento de documentos legais que tratam sobre política de permanência no Instituto Federal de Mato Grosso – IFMT.

Ano	Documento Legal	Finalidade
1988	Constituição Federal	Destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional.
1996	Lei nº 9.394 – LDB	Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional
2001	Lei nº 10.172	O PNE aprovado, em completa oposição ao PNE elaborado por um amplo conjunto de entidades ligadas à educação brasileira, reafirma a transferência de responsabilidades do Poder público para a sociedade do financiamento da educação e sua concepção de gestão educacional com ênfase na informatização, controle e gerenciamento profissional.
2008	Plano de Desenvolvimento da Educação	Perpassa a execução de todos os seus programas reconhece na educação uma face do processo dialético que se estabelece entre socialização e individuação da pessoa, que tem como objetivo a construção da autonomia, isto é, a formação de indivíduos capazes de assumir uma postura crítica e criativa frente ao mundo.
2008	Lei nº 11.892	Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.
2009 - 2014	Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI/IFMT	Estabelece o planejamento institucional para 5 anos, inclusive estabelece diretrizes quanto a abertura de vagas, ensino, estrutura física, e ações de acesso, permanência e êxito.
2010	Decreto nº 7.234	Amplia as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal
2013	Portaria MEC nº 398	Fica criado, no âmbito do Ministério da Educação e do Fundo Nacional de Educação, o Programa de Bolsa Permanência, destinado à concessão de bolsas de permanência a estudantes de graduação de instituições federais de ensino superior;
2014	Lei nº 13.005-PNE (2014-2024)	Estabelece o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações

		integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas.
2014-2018	Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI/IFMT	Estabelece o planejamento institucional para 5 anos, inclusive estabelece diretrizes quanto a abertura de vagas, ensino, estrutura física, e ações de acesso, permanência e êxito.
2017	Resolução Nº 94/IFMT	Política de Assistência Estudantil é definida como um conjunto de princípios e diretrizes que norteiam ações no intuito de garantir o acesso, permanência e conclusão de cursos pelos estudantes nas Instituições de Educação Pública Federal.
2017	Resolução Nº 95/IFMT	Aprova o Regulamento Geral da Política de Assistência Estudantil do IFMT
2017	Plano Estratégico Institucional de Ações de Permanência e Êxito dos Estudantes do IFMT	Motivado por constatações de auditorias da União cria o plano estratégico de ações de permanência
2019-2023	Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI/IFMT	Estabelece o planejamento institucional para 5 anos, inclusive estabelece diretrizes quanto a abertura de vagas, ensino, estrutura física, e ações de acesso, permanência e êxito.

Fonte: Elaborado pelo autor

A legislação nacional de permanência encontra-se estruturada de forma clara. Resulta de implicações vivenciadas por estudantes das instituições públicas de ensino. Percebe-se que o tema tem recebido atenção nos últimos anos, pois os índices de evasão tem se acentuado. Quanto à política interna do IFMT, essa procura reduzir os índices de evasão; quer seja por uma preocupação social, quer seja por uma situação orçamentária. Uma vez que a Lei Orçamentária Anual – LOA consigna créditos para a instituição de acordo com uma simples análise, que é o número de alunos matriculados.

2.3 A permanência e a evasão na educação técnica

Diferentes pesquisas têm procurado entender a complexidade nos fatores que levam a evasão escolar e por consequência a alteração nos índices de permanência na educação técnica, em especial (Silva *et al*, 2013; Dore e Lüscher, 2011). Fatores que recaem sobre as perspectivas individuais e institucionais ficam evidentes e sobre o tema Dore e Lüscher afirmam:

> Na perspectiva do indivíduo, o *background* familiar (nível educacional dos pais, renda familiar e estrutura da família) é, reconhecidamente, o mais importante fator isolado para o sucesso ou para o fracasso do estudante em algum ponto de seu percurso escolar. Outro fator que contribui para a evasão, relacionado à família e que tem sido muito enfatizado nas pesquisas, refere-se ao capital social, ou seja, à qualidade das relações que os pais mantêm com os filhos, com outras famílias e com a própria escola (DORE e LÜSCHER, 2011, p. 776).

Para Silva *et al* (2013), a relação entre escolarização e a juventude é imprescindível para que seja compreendido a permanência dos jovens na escola técnica de nível médio. Os autores afirmam que:

> Para os jovens, de acordo com suas pretensões e com os significados que atribuem à experiência escolar, ser aluno adquire uma gradação de importância diferente, indo de uma obrigatoriedade que se deve suportar até a possibilidade de usar a escola como um motor de projeção social posterior (SILVA, *et al*, 2013, p. 409).

Nesse sentido, compreende-se que no período da juventude os alunos tendem a buscar a formação técnica como forma de projeção social ao passo que teoricamente seriam mais rapidamente alocados no mercado de trabalho.

Se de um lado a individualidade e a tomada de decisão do próprio aluno possui relevância para a permanência na escola, por outro as contribuições ligadas à atuação das instituições também merecem destaque. A atuação ou não da escola, pode assumir relevância para a saída (evasão) ou à permanência do estudante na escola. Essa atuação, segundo Dore e Lüscher (2011), pode ser, por exemplo, a composição do corpo discente, os recursos escolares, as características estruturais da escola, e os processos e as práticas escolares e pedagógicas. Por final, segundo as autoras, pesquisas indicam que a comunidade e os grupos de amigos também têm grande influência sobre os processos de evasão.

Diferentes autores (Silva *et al*, 2013; Dore e Lüscher, 2011) têm chamado a atenção para a complexidade existente no processo de evasão, além de apontar para soluções de difícil execução para sanar o problema. Entre as possibilidades para o aumento dos índices de permanência estão:

> No sentido de encontrar respostas ao problema da evasão e desenvolver recursos adequados à sua prevenção, destacam-se três principais agentes: 1) o sistema de ensino, que deve assegurar a diversidade de escolhas à população que deseja ou precisa retornar à sua formação; 2) as instituições escolares, que devem buscar soluções para os problemas que estão na sua área de competência; e 3) o sistema produtivo, que deve estimular o jovem a retomar seu processo formativo (DORE e LÜSCHER, 2011, p. 777).

Nesse interim, Silva *et al* (2013), concluem que é necessário entender os motivos pelos quais os jovens procuram a escola de formação técnica. Para as autoras essa procura pode estar relacionada à inserção social através do mercado de trabalho ou ainda pela busca

de conhecimento em escolas cuja qualidade se destaque. Porém, ao frequentar a escola, surgem problemas em acompanhar o curso, distanciamento entre escola e aluno e por isso ocorre à perda do significado da escola para os jovens, levando ao processo de evasão.

Dore e Lüscher (2011) contribuem no sentido da necessidade de haver uma antecipação à evasão escolar, através de políticas públicas que identifiquem os alunos em risco, de modo a possibilitar o acompanhamento desse jovem; e assim prevenir o problema.

Nesse contexto, Dore e Lüscher (2011, p. 785) reforçam que "É indispensável que a atual política educacional para o ensino técnico, ao desenvolver suas estratégias de expansão, considere a evasão escolar e suas principais causas, de forma a evitar o risco de decisões equivocadas e onerosas". Além de considerar que a definição dos eixos tecnológicos onde serão ofertados cursos técnicos possui papel decisivo para a permanência ou não dos estudantes na escola.

Sobre a ótica do controle governamental e que nesse caso fazem referência exclusivamente a Rede Federal de Ensino Profissional e Tecnológico, está o acórdão nº 2.267/2005 do Tribunal de Contas da União - TCU. Este estabelece a obrigatoriedade dos institutos federais apresentarem um grupo de indicadores de desempenho, a fim de medir a eficácia institucional, conforme descrito no subitem 9.3.2 do Acórdão:

> Recomendar à Secretaria de Educação Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC) que: Inclua, no relatório de gestão das contas anuais, apreciação crítica sobre a evolução dos dados (indicadores e componentes) constantes do subitem deste Acórdão, com base em análise consolidada das informações apresentadas pelas Ifets, destacando aspectos positivos e oportunidades de melhoria do sistema de rede de instituições federais de ensino tecnológico (Acórdão n.º 2.267/2005-TCU/Plenário).

É nítida a ação de controle sobre o desempenho e a qualidade das instituições de educação superior por parte do ministério da educação, que vincula o orçamento dos institutos ao número de alunos matriculados, onde nesse acórdão o TCU relacionou os seguintes indicadores de desempenho:

1. Relação candidato/vaga;
2. Relação ingressos/aluno;
3. Relação concluintes/aluno;
4. Índice de eficiência acadêmica de concluintes;
5. Índice de retenção do fluxo escolar;
6. Relação de alunos/docente em tempo integral;
7. Gastos correntes por aluno;
8. Percentual de gastos com pessoal;
9. Percentual de gastos com outros custeios;
10. Percentual de gastos com investimentos;
11. Número de alunos matriculados classificados de acordo com a renda per capita familiar;

O papel do TCU não aponta a utilização das informações para análise gerencial, mas prevê sua utilização para estudar os controles interno e externo:

> As informações gerenciais extraídas desse acompanhamento deverão servir de subsídio para selecionar áreas a serem estudadas com maior profundidade pelos Controles Interno e Externo. Essa seleção orientará trabalhos como a análise das Contas do Governo e auditorias de natureza operacional, direcionadas à identificação de boas práticas e de oportunidades de melhoria na gestão. (TCU, 2004, p.1).

Portanto, o que tem sido praticado atualmente em nível da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), do Ministério da Educação - MEC, que trata da educação profissional no país, em conjunto com o Conselho Nacional das Instituições de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF) é uma divisão dos recursos orçamentários que reflita as características de cada um dos Institutos Federais com vista a contemplar o funcionamento de todos os *campi*, bem como contemplar aqueles que possuem melhor desempenho quando considerado o quesito quantidade de matrículas.

Anualmente são recolhidas informações lançadas no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional (SISTEC) e a partir de então é elaborada a matriz orçamentária para o ano seguinte. Essa matriz é apresentada ao Ministério da Educação que por vez, procede aos ajustes, a depender da prioridade política e da disponibilidade de arrecadação do governo federal.

Sendo esses os mecanismos de distribuição orçamentária, cabe então aos Institutos Federais elaborar o planejamento estratégico, a fim de apresentar os indicadores de desempenho para identificar a necessidade de cada *campus*.

No intuito de estabelecer uma dinâmica coerente na leitura do texto, a próxima seção está reservada para a apresentação do desempenho escolar e a política de permanência da instituição.

2.4 Desempenho escolar e a política de permanência.

É fundamental entendermos o significado da palavra “aprendizagem” a qual remete à ação, processo, efeito ou consequência de aprender, aprendizado ou ainda a duração do processo de aprender; o tempo que se leva para aprender ou mesmo o exercício inicial sobre aquilo que se conseguiu aprender; experiência ou prática. Já na etimologia a palavra tem origem da junção de aprendiz + agem.

Porém, esse fenômeno é complexo, pois pode ser estudado a partir de diferentes perspectivas, por isso há diferentes teorias sobre a aprendizagem. Tais estudos utilizam-se de teorias da psicologia, pedagogia, neurociência e da educação. O objeto de estudo "aprendizagem" tem sido trabalhado por autores como Vigotsky (1988) e Piaget (1970), entre tantos outros conhecidos nacional e internacionalmente.

Entre os séculos XVII e XX concentraram-se os esforços em explicar as formas de seu funcionamento e que processos universais é que regiam a aprendizagem, forçando a uma metodologia que delimitava o comportamento a uma lei única. O centro desse período era a aprendizagem voltada ao condicionamento da mente humana a determinado processo.

A partir dos anos 1930, autores como Piaget, Guthrie, Hull, Davydov, Tolman e Vigostky começam a propor novas teorias sobre a aprendizagem, considerando variáveis como: hábitos, recompensas, estado mental, estado emocional, relação com a sociedade, gênese psicológica do pensamento e interações e condições de vida, comprovando que essas variáveis estão diretamente relacionadas à aprendizagem.

Assim, podem-se extrair as interações e condições de vida como determinantes para a aprendizagem. Sobre isso Gadotti (1995) sustenta que Marx propusera o ensino politécnico aliado ao trabalho como maneira de desenvolvimento completo do cidadão. Para Marx o ensino deveria colocar em evidência o caráter social do trabalho e estimular a livre associação dos indivíduos de modo a coordenar o processo social da produção de bens materiais. Gadotti (1995) ainda sustenta a ideia de Marx de que a classe burguesa possui ciência, cultura e uma educação que são dominantes, e que esse quadro somente poderia ser revisto quando a classe trabalhadora estivesse no comando dos meios de produção e consequentemente do Estado. Para Marx, fora da revolução social não há solução para a questão da educação da classe trabalhadora.

Corroborando, Rogers (1978), afirma que a aprendizagem pode ser definida em três tipos gerais: a cognitiva, que seria o armazenamento organizado de informações na mente, a afetiva que está relacionada a experiências tais como o prazer e a dor, e por final a psicomotora que abrange a respostas musculares adquiridas por treino.

A teoria Rogeriana propõe alguns princípios de aprendizagem. Rapidamente podemos elencar como sendo: a) Seres humanos têm uma potencialidade natural a aprender; b) a aprendizagem é relevante quando a matéria é percebida como importante pelo aluno e para seus objetivos; c) a aprendizagem que envolve mudança na organização do aluno enquanto pessoa tende a suscitar resistência; d) a aprendizagem que ameaça o aluno acaba por retrair o aluno; e) pequenas ameaças ao aluno servem como fator estimulante à aprendizagem; f)

aprendizagem é baseada em atos; g) aprendizagem é facilitada com o envolvimento do aluno; h) a aprendizagem que envolve o aluno como um todo – sentimentos e intelecto – é mais duradoura e abrangente; i) a avaliação externa é infrutífera e coíbe a liberdade criativa do aluno; j) socialmente, o processo de aprender a aprender é o mais útil para o aluno.

Para Libâneo (2004) a abordagem de Davydov (1987) contribuiu consideravelmente para caracterizar a atividade de aprendizagem na escola. Ao afirmar que a aprendizagem é a atividade principal das crianças em idade escolar, vinculou a ela a função de propiciar a assimilação de formas de consciência social, a exemplo da moralidade, da ciência e da arte.

Para Libâneo (2004), é necessário ater-se a algumas questões quando se trata de considerar a atividade escolar como aprendizagem:

> Para que isso ocorra faz-se necessária uma estrutura da atividade do aprender incluindo uma tarefa de aprendizagem, as ações de aprendizagem e ações de acompanhamento e avaliação, visando à compreensão do objeto de estudo em suas relações. O resultado disso é que os alunos aprendem como pensar teoricamente a respeito de um objeto de estudo e, com isso, formam um conceito teórico apropriado desse objeto para lidar praticamente com ele em situações concretas da vida. (LIBÂNEO, 2004, P. 122).

Com isso, é possível afirmar que, para o autor, o objetivo do ensino nada mais é do que ensinar aos estudantes as habilidades necessárias para que eles aprendam por si mesmos, ou seja, ensinar aos estudantes a pensarem.

Com a finalidade de aprofundar no assunto, cujo objeto é vasto de teorias e interpretações por parte principalmente de educadores e psicólogos, trazemos agora à baila as contribuições de Vigotski escritas em sua obra “Linguagem, Desenvolvimento e Aprendizagem” que foi publicada no Brasil em 1988.

Em sua obra o autor desenvolve conceitos de aprendizagem e desenvolvimento de crianças de maneira associada. Remete a três possíveis categorizações do tema ao longo da história, para Vigotski (1988), seria possível definir esquematicamente essas categorias.

A primeira categoria sustenta a independência do processo de desenvolvimento e do processo de aprendizagem da criança.

> Segundo estas teorias, a aprendizagem é um processo puramente exterior, paralelo, de certa forma, ao processo e desenvolvimento da criança, mas que não participa ativamente neste e não o modifica absolutamente: a aprendizagem utiliza os resultados do desenvolvimento, em vez de se adiantar ao seu curso e de mudar a sua direção. (VIGOTSKI, 1988, p. 103)

Para o autor, essa categoria possui como base a teoria da concepção de Piaget, que estuda o desenvolvimento da criança de forma independente do processo de aprendizagem. Para Vigotski, essa categoria assumiu que a capacidade de raciocínio, interpretação, as ideias

sobre aquilo que rodeia as crianças, entre outras aptidões; são considerados processos autônomos e que em nada são influenciado pelo processo de aprendizagem escolar.

Importante registrar que a teoria de Piaget baseia-se em um método, pelo qual ele estudou o desenvolvimento de crianças. Sobre o método, Vigotski explica:

> O seu método consiste em atribuir tarefas que não apenas são completamente alheias à atividade escolar, mas que excluem também toda a possibilidade de a criança ser capaz de dar a resposta exata. Um exemplo típico que ilustra os aspectos positivos e negativos desse método são as perguntas utilizadas por Piaget nas entrevistas clínicas com as crianças. Quando se pergunta a uma criança de cinco anos por que o sol não cai, não só é evidente que ela não pode conhecer a resposta certa, ou seria um gênio, mas também que não poderia imaginar uma resposta que se aproximasse da correta. (VIGOTSKI, 1988, p. 104)

Para Vigotski, a finalidade de perguntas tão inacessíveis está em afastar a possibilidade de a criança recorrer a conhecimentos precedentes e despertar a forma pura do pensar.

A segunda categoria, que procura resolver as relações existentes entre aprendizagem escolar e desenvolvimento da criança, baseia-se na ideia central de que *aprendizagem é desenvolvimento.* Portanto, trata-se de uma tese inteiramente oposta à anterior. Esta fórmula expressa à substância desse grupo de teorias, apesar de cada uma delas partir de premissas diferentes. A este respeito o autor afirma que:

> A segunda teoria considera, em contrapartida, que existe um desenvolvimento paralelo dos dois processos, de modo que a cada etapa da aprendizagem corresponda uma etapa do desenvolvimento. O desenvolvimento está para a aprendizagem como a sombra para o objeto que a projeta. (Vigotski 1988, p. 105).

Para o autor, saber qual processo precede qual é e o que carece de significado essa teoria, uma vez que o princípio fundamental dela é a simultaneidade e a sincronização desses dois processos.

Por final, Vigotski traz a terceira categoria, que implica em uma teoria dualista do desenvolvimento. Para o autor, a teoria de Koffka é fundamental para entender essa categoria.

> Um claro exemplo constitui a teoria de Koffka, segundo a qual o desenvolvimento mental da criança caracteriza-se por dois processos que, embora conexos, são de natureza diferente e condicionam-se reciprocamente. Por um lado está a maturação, que depende diretamente do desenvolvimento do sistema nervoso, e por outro a aprendizagem que, segundo Koffka, é, em si mesma, o processo de desenvolvimento. (Vigotski 1988, p. 106).

Vigotski ressalta que essa terceira categoria, baseada na teoria de Koffka, refere-se ao desenvolvimento em um âmbito mais amplo que a aprendizagem. A relação entre ambos os processos pode representar-se esquematicamente por meio de dois círculos concêntricos; o pequeno representa o processo de aprendizagem e o maior, o do desenvolvimento, que se estende para além da aprendizagem. (Vigotski 1988).

Dessa forma, a criança aprenderia realizar uma operação, seja ela matemática ou de

linguagem, mas ao mesmo tempo se apoderaria de um princípio estrutural, cuja aplicação se dará em outras esferas; na física, química, etc. Ou seja, dar-se-ia um passo a frente na aprendizagem e dois passos à frente no desenvolvimento.

Após descrever as três categorias que tratam da aprendizagem escolar e desenvolvimento da criança, vislumbrando se posicionar sobre o tema, Vigotski traz um novo entendimento sobre ambos os objetos.

> Tomemos como ponto de partida o fato de que *a aprendizagem da criança começa muito antes da aprendizagem escolar*. A aprendizagem escolar nunca parte do zero. Toda a aprendizagem da criança na escola tem uma pré-história. Por exemplo, a criança começa a estudar aritmética, mas já muito antes de ir à escola adquiriu determinada experiência referente à quantidade, encontrou já várias operações de divisão e adição, complexas e simples; portanto, a criança teve uma pré-escola de aritmética, e o psicólogo que ignora este fato está cego. (Vigotski 1988, p. 109).

O autor sustenta que a aprendizagem escolar orienta e estimula processos internos de desenvolvimento. Essa hipótese pressupõe necessariamente que o processo de desenvolvimento não coincide com o da aprendizagem, o processo de desenvolvimento segue da aprendizagem, que cria a área de desenvolvimento potencial. (Vigotski 1988). Ambos os processos, ainda que diretamente ligados, nunca se produzem de modo simétrico e paralelo.

O próximo capítulo será reservado para o registro dos caminhos utilizados pela pesquisa para a elucidação do objeto.

3 CAMINHOS DA PESQUISA

Esse capítulo irá apresentar a trajetória, os procedimentos e instrumentos que esclarecerão o objeto dessa pesquisa, bem como os cenários e os participantes que se dispõem a revelar o processo de aprendizagem, relacionando com a atuação direta da política de permanência do IFMT no resultado do fracasso ou sucesso dos alunos do ensino médio integrado ao técnico em agropecuária do IFMT *campus* São Vicente.

3.1 Opções metodológicas

Tendo como ponto inicial da pesquisa a sua natureza do objeto e seu problema – **As ações socioassistenciais desenvolvidas pelo IFMT *Campus* São Vicente têm contribuído para o sucesso escolar dos estudantes?** Para responder a essa pergunta, optou-se pela

abordagem da pesquisa qualitativa descritiva na finalidade de compreender fenômenos complexos no cenário da educação profissional de nível médio.

A pesquisa qualitativa lida com interpretações das realidades sociais, e é considerada *soft*, segundo Bauer (2002, p. 23) revela fenômenos, a partir das leituras do próprio pesquisador, amparada por diferentes instrumentos. Nessa pesquisa, complementam Ludke e André (1986, p. 12) o foco do pesquisador é averiguar como o problema revela-se no cotidiano de maneira a aguçar a percepção no ponto de interesse.

Segundo Churchill (1987) a pesquisa descritiva objetiva conhecer e interpretar a realidade sem nela interferir para modificá-la. Para Vieira (2002):

> As pesquisas descritivas compreendem grande número de métodos de coleta de dados, os quais compreendem: entrevistas pessoais, entrevistas por telefone, questionários pelo correio, questionários pessoais e observação. A pesquisa descritiva expõe as características de determinada população ou de determinado fenômeno, mas não tem o compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação (VIEIRA, 2002, p. 65).

Essa abordagem vai ao encontro da descrição pelo pesquisador a respeito do sucesso dos estudantes, sem abrir mão da cientificidade do conhecimento a ser construído. No contexto escolar, a proposta vigente é aquela que expressa o contato com os profissionais responsáveis por trabalhar a política de assistência estudantil e os alunos do ensino médio integrado ao técnico em agropecuária do IFMT *campus* São Vicente. Isso para que seja possível compreender os fenômenos e os resultados institucionais que tratam da política de permanência e o resultado na real aprendizagem dos discentes.

3.2 Lócus da pesquisa

A unidade de análise da pesquisa consiste no Instituto Federal de Mato Grosso – *campus* de São Vicente. O *Campus* existe há 76 anos e nasceu de uma proposta da Rede Federal, esta instituição sempre teve o foco no ensino profissionalizante, especialmente na formação agrícola. O cenário da instituição apresenta altas taxas de reprovação – 22% em 2017 e 22,8% em 2018.

Ainda a evasão tem merecido destaque pelos seus percentuais elevados, 24% em 2017 e 19,2% em 2018 para o Ensino Técnico de Agropecuária Integrado ao Médio.

Se por um viés têm-se elevadas taxas de reprovação e abandono, por outro existe a problemática da pesquisa em responder se as ações socioassistenciais desenvolvidas pelo *campus* contribuem ou não para o sucesso escolar dos alunos do curso supracitado.

As ações socioassistenciais podem ser trabalhadas enquanto ações qualificadoras na aprendizagem escolar. Porém resta entender se essas estão sendo desenvolvidas com essa orientação. Por isto optou-se pela escolha da instituição como *locus* da pesquisa.

3.3 Participantes da pesquisa

Os discentes matriculados na instituição revelam uma pluralidade de vivências sociais e de situação socioeconômica, o que significa um amplo campo de pesquisa a cerca do rendimento escolar e da assistência estudantil.

Os Participantes da pesquisa são 180 alunos que ingressaram por meio da reserva de vagas, prevista na Lei nº 12.711/12 e no Decreto nº 7.824/12, nos anos de 2017 e 2019. Em cada ano, 50% das vagas foram destinadas a esse grupo. Por isso os participantes estão divididos nessa pesquisa em 90 alunos que ingressaram no ano de 2017 e mais 90 alunos que ingressaram em 2019, totalizando 180 alunos.

A pesquisa tem por objetivo identificar qual a concepção, sobre o tema, dos servidores cujo trabalho possua envolvimento direto com a temática da assistência estudantil. A pesquisa utilizou a técnica de questionário semiestruturado que foi previamente avaliado por parecer de *"expert"* e respondido por sete servidores que ocupam as seguintes funções diretas com a permanência, sendo elas: assistente social, enfermeiro, técnico em assuntos educacionais, coordenador do curso, presidente da comissão interna de permanência estudantil, diretor de ensino e diretor geral do *campus*.

O objetivo foi interpretar os discursos, sendo que para isso iremos utilizar a letra "S" seguida de um número quando em referência ao discurso dos servidores. Isso para garantir o sigilo quanto aos participantes.

Verificou-se por meio de consulta ao Sistema Acadêmico (Q-Acadêmico) e pelo Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC), dados referentes ao viés da aprendizagem escolar, sendo eles: notas por disciplinas, número de dependências, número de reprovações, número de evasão, número de alunos que prestaram provas finais, número de acertos no seletivo de ingresso e número de concluintes.

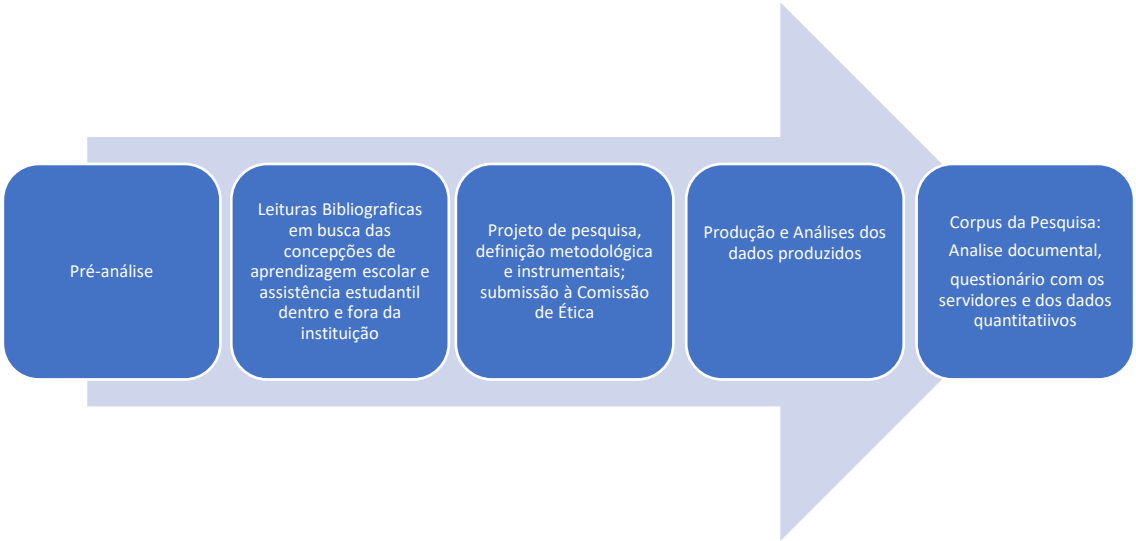
Pela ótica do perfil social e econômico, além dos sistemas elencados acima, utilizou-se os dados do questionário socioeconômico preenchido pelos alunos quando esses prestaram o certame seletivo para ingresso no IFMT. Sendo os seguintes dados: renda familiar, cor, nível de escolarização dos pais e localização da residência se urbana ou rural.

Por final, foram colhidos os dados sobre o rendimento escolar, por parte do aluno. Ainda relacionar as ações de permanência ofertada pelo *Campus*, a exemplo de recebimento de bolsas, recebimento de assistência por profissionais da área pedagógica da saúde e da psicologia. Essas informações foram colhidas através de consulta aos editais lançados e ainda por registros nos setores de assistência social e pedagógico da unidade.

3.4 Percurso da pesquisa

Segundo Lima (2018, p. 43) o percurso da pesquisa serve para esclarecer os passos dados pelo pesquisador em busca da elucidação do objeto. Para isso pretendemos seguir conforme o fluxograma abaixo:

Figura 1: Fluxograma percurso da pesquisa



Fonte: Adaptado de Lima (2018)

3.5 Produção de dados

A pesquisa fez o uso de documentos legais, externos e internos do IFMT, além de dados provenientes do acervo dos sistemas acadêmicos da instituição. Ambos serviram como base para descrição do cenário situacional presente, e seu foco é efetivar a pesquisa quantitativa.

No que se referem ao questionário, esse teve por finalidade conhecer as concepções dos servidores, sobre a finalidade da política de permanência escolar e a sua relação ao

rendimento escolar e o êxito dos estudantes. Sendo esse instrumento de produção de dados fundamental para a efetivação da pesquisa qualitativa.

Os questionários foram aplicados com o uso da ferramenta de uso livre, denominada de *google forms.* Ambas somente foram compartilhadas após convite para participação e assinatura dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e garantindo total segurança a respeito do sigilo da identificação dos participantes.

4 ANÁLISE DE DADOS PRODUZIDOS

Reservamos este capítulo para tratar da análise dos dados produzidos. Sendo dados do questionário aplicado aos servidores que trabalham internamente os temas da assistência estudantil, permanência e da gestão escolar. Ainda os dados de rendimento escolar dos alunos participantes da pesquisa e ainda os aportes teóricos sobre a concepção de aprendizagem escolar e permanência.

O grupo de participantes que fazem parte dessa pesquisa são os alunos ingressantes pelo instrumento de reserva de vagas anteriormente discutido. Esses se dividem em dois diferentes anos de acesso – 2017 e 2019. Isso para identificarmos a evolução do *campus* no tratamento da política de assistência estudantil e também do desempenho escolar. Para melhor ilustrar organizamos as informações contidas na tabela 1.

Tabela 1: Situação de matrículas relativa ao ano de ingresso das turmas

Ano de ingresso	Vagas ofertadas	Alunos matriculados	Alunos matriculados (cotistas)	Alunos matriculados (ampla concorrência)
2017	180	182	83	99
2019	180	181	63	118

Fonte: SISTEC

Para ingresso em 2017, o curso técnico em agropecuária integrado ao ensino médio do IFMT *campus* São Vicente, recebeu 366 candidatos para concorrer as 180 vagas disponíveis. Portanto, em termos de concorrência geral, foram 2,0 candidatos disputando uma vaga. Enquanto o processo seletivo cujo ingresso ocorreu em 2019, mantida a mesma quantidade de vagas ofertadas a concorrência foi de 1,7 candidatos por vaga.

No intuito de iniciarmos as discussões com base nos dados coletados, faz-se importante observarmos como se encontra a situação dos alunos então matriculados. Na tabela 2 apresentaremos a situação atual de matriculados no curso técnico em agropecuária integrado ao ensino médio no IFMT *campus* São Vicente.

Tabela 2: Situação de matrículas relativa ao ano atual

Ano de ingresso	Alunos (cotistas) atualmente matriculados	Alunos (ampla concorrência) atualmente matriculados	Total de alunos matriculados
2017	30	56	86
2019	63	118	181

Fonte: SISTEC

Pelas informações extraídas do SISTEC constata-se que, do total de alunos ingressantes no ano de 2017, apenas 52,1% destes continuam a frequentar o curso. Esse número é ainda mais preocupante entre o grupo de alunos que ingressaram a partir da reserva de vagas. Entre os alunos desse grupo, apenas 30 estudantes de um total de 83 permanecem hoje na instituição, isso significa 36,1% de permanência. A mesma análise, quando aplicada ao grupo dos alunos que ingressaram pela ampla concorrência, encontra-se em 65,6% de permanência, ou seja, mais que o dobro quando comparada ao grupo de cotistas.

No sentido de ampliar a coleta de informações com vistas a elucidar o problema da pesquisa, a aplicação do questionário mostrou-se uma ferramenta eficiente que trouxe informações sobre a concepção dos servidores do *campus* a cerca do tema pesquisado. Após a revisão por *expert*, o questionário foi disponibilizado para dez servidores previamente identificados e que possuem perfis e área de atuação, diretamente ligada ao objeto da pesquisa. Destes, foram respondidos sete questionários, o que se configura em uma amostra sólida para a análise.

A preocupação central na escolha das questões foi justamente a de estabelecer diferentes categorias que contribuíssem para a organização da análise e tratamento das informações que poderiam passar despercebidas caso essa categorização não fosse elaborada. As categorias se preocuparam em proporcionar o saber sobre a concepção dos servidores quanto ao papel da assistência estudantil em modificar o rendimento escolar dos alunos assistidos. As categorias são:

a. Percepção do servidor sobre a política de assistência estudantil;

b. Experiência e vivência sobre o tema aprendizagem escolar;

c. Concepção sobre o objetivo da assistência estudantil;

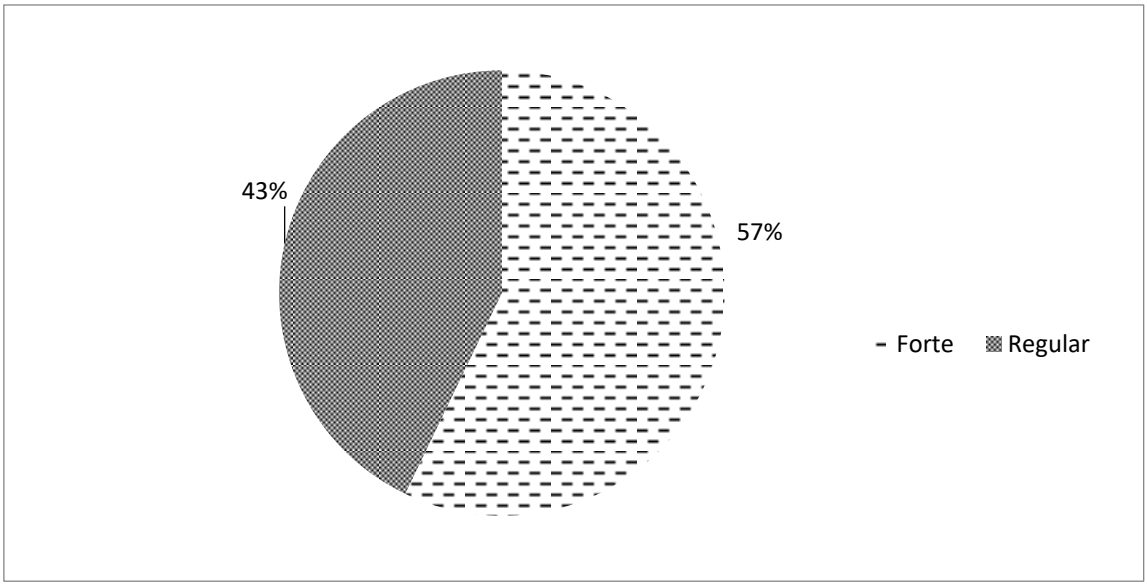
d. Concepção sobre as ações de assistência estudantil ofertada pelo *campus.*

A interpretação dos discursos dos questionários semiestruturados foi condição para entender a ideia central de cada servidor, sobre a forma como as ações de assistência estudantil podem interferir no rendimento escolar dos alunos que ingressam por cotas no *campus*.

4.1 Percepção do servidor sobre a política de assistência estudantil

Para tratar sobre essa categoria procurou-se, pelo questionário, identificar se os servidores conhecem a política de assistência estudantil e se a mesma encontra-se amplamente difundida no *campus*. Entre quatro níveis possíveis de resposta, nenhuma delas alegou não existir tal política institucional. Vejamos na Figura 2:

Figura 2: Difusão da política de assistência estudantil entre servidores



Fonte: Elaborado pelo autor

Nesse sentido, segundo as respostas dos servidores, existe um reconhecimento da política de assistência estudantil do IFMT. Isso pode ser atribuído ao fato de a instituição ter regulamentado a política internamente, por meio da Resolução CONSUP n° 94, de 18 de outubro de 2017 que instituiu a política de assistência estudantil no IFMT e da Resolução

CONSUP nº 95, de 18 de outubro de 2017 que regulamentou a política de assistência estudantil no IFMT. Esse sentimento é ressaltado pelo servidor S 04, onde diz: "*A politica é bem definida e difundida no IF SVC, de modo que fazemos o possível para que todos os alunos que necessitem do auxilio contemple algum deles de alguma forma e permaneça na escola, pois sabemos que um aluno formado e no mercado de trabalho pode transformar a realidade social/financeira de uma família toda".*

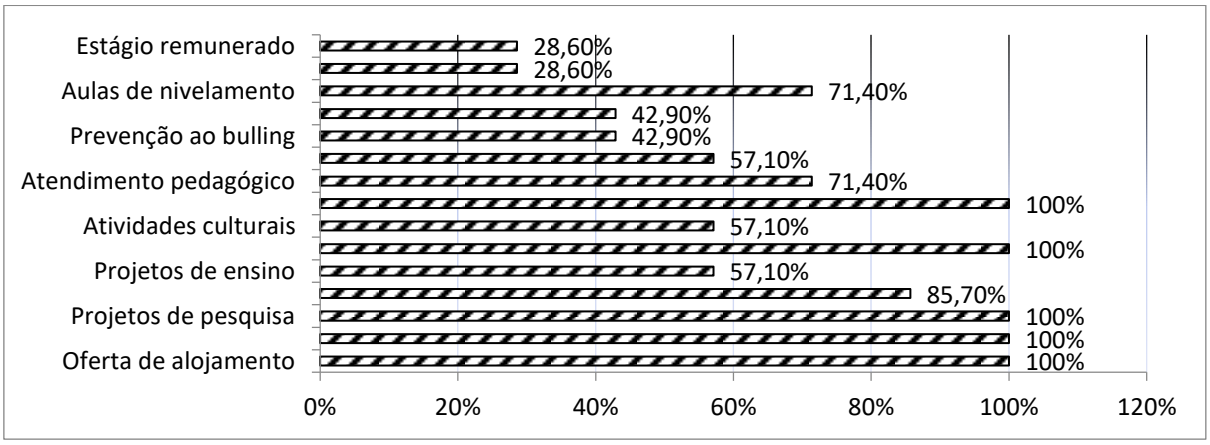
Outras ações institucionais colaboram para o fortalecimento da política como, por exemplo, a composição da comissão central de política de assistência estudantil (Portaria IFMT nº 2.505 de 10/10/2017) e a criação do fórum permanente de política de assistência estudantil no âmbito do IFMT (Portaria IFMT n° 2.504 de 10/10/2017) [2].

A ferramenta da assistência estudantil tem sido utilizada pelo *campus* São Vicente, com bastante ênfase por parte da Comissão Permanente de Assistência Estudantil, instituída pela Portaria IFMT/SVC n° 57, de 03 de Abril de 2019. Entre as principais ações relatadas por boletins da comissão, destaca-se os atendimentos às demandas estudantis, apresentação dos cursos aos candidatos dirimindo dúvidas antes do ingresso, acompanhamento periódico dos alunos com número de faltas elevado, elaboração e aplicação de instrumento de diagnóstico qualitativo, além da elaboração do Plano Estratégico Institucional de Ações de Permanência e Êxito dos Estudantes do *Campus* São Vicente.

Outra ação de destaque relativa à assistência estudantil são as atividades desenvolvidas pela Comissão de Permanência êxito do *campus*, cuja finalidade é a execução de um plano pré-estabelecido com vistas à diminuição dos índices de evasão escolar. É de entendimento amplo que a atuação da escola para a permanência merece destaque, segundo Dore e Lüscher (2011), pode ser, por exemplo, a composição do corpo discente, os recursos escolares, as características estruturais da escola, e os processos e as práticas escolares e pedagógicas. Vejamos a seguir quais as ações socioassitencias foram identificadas pelos servidores que responderam o questionário.

[2] Atos disponíveis em: http://ifmt.edu.br/conteudo/pagina/comissao-central-permanente-de-assistencia-estudantil-do-ifmt-ccpae/

Figura 3: Ações de assistência ofertadas pelo campus



Fonte: Elaborado pelo autor

Entre as alternativas possíveis de respostas foram relacionadas ações com respaldo financeiro direto e outras ações que não envolvem necessariamente a transferência de pecúnio para o aluno. Entre as dezesseis respostas possíveis, cinco delas ganharam destaque ao serem assinaladas por todos os servidores. São elas: Oferta de alojamento, bolsa monitoria de disciplina, bolsa permanência, atividades esportivas e atendimento de enfermaria. Em um grupo intermediário, ficaram o atendimento pedagógico, aulas de nivelamento, prevenção ao trote, atividades culturais e projetos de ensino pesquisa e extensão. Por fim, entre as ações cujo conhecimento não está para todos os servidores que responderam o questionário, estão o estágio remunerado, as visitas domiciliares, aulas de reforço e prevenção ao *bulling*.

Colaborando, no sentido de verificar o entendimento dos servidores quanto à política de assistência estudantil, lhes foi perguntado, pelo instrumento do questionário, se a política de assistência estudantil poderia ser melhorada no IFMT e também no *campus* São Vicente, além de quais seriam os pontos a serem revistos ou acrescentados. Nota-se pela fala do "servidor S 02" que existe espaço para melhoria nessa politica: *"Sim com certeza pode ser melhorada e precisa de estudos diagnósticos para tomada de decisões".* Colaborando com a afirmação, o "servidor S 03" afirma: *"Pode ser melhorada. Pontos críticos: o acompanhamento do rendimento acadêmico não é simultâneo ao da concessão dos auxílios. Que o processo de seleção seja mais rápido, informatizado e que gere banco de dados. Que o acompanhamento seja feito de forma sistemática por meios de sistemas de informação. Qualificação de todos os servidores dos benefícios da assistência estudantil".*

Evidencia a ideia o servidor S 04, ao destacar a questão relacionada à estrutura física e também de pessoal, onde diz: *"Sim, a assistência estudantil pode ser melhorada. Localmente, a minha critica é uma equipe pequena para a dimensão do Campus e seus 02 centros de*

referencia. Não conseguimos sair da sede para acompanhar e realizar serviços e ações nos centros".

Por final, sobre a melhoria na política de assistência estudantil, o servidor S 07 destaca o acompanhamento prévio ao ingresso do estudante: "*Sim, com o aprimoramento dos processos de seleção, acompanhamento e monitoramento da participação dos estudantes nos programas, bem como, a permanência e êxito dos estudantes assistidos*". Tal necessidade é sugerida por Dore e Lüscher (2011) ao afirmarem que existe a necessidade de haver uma antecipação à evasão escolar, através de políticas públicas que identifiquem os alunos em risco, de modo a possibilitar o acompanhamento desse jovem; e assim prevenir o problema.

Nesse sentido, pode-se realizar a análise quanto ao recebimento de auxílio financeiro em forma de bolsa, pago diretamente ao aluno. O IFMT *campus* São Vicente, entre os anos de 2017 a 2019, realizou seleções de alunos aptos a receberem esse auxílio por meio de edital, cujas modalidades de auxilio pagas em dinheiro ao aluno foram duas: auxílio transporte e auxílio moradia, cuja finalidade se vinculam à nomenclatura.

Tem-se por premissa que os alunos não residentes em alojamentos do próprio *campus* podem pleitear participação para receber bolsa moradia. Bem como os alunos que residem distante do *campus* podem se candidatar a receber bolsa que ajudará a pagar tal despesa.

Anteriormente, vimos que os números de alunos cotistas matriculados em 2017 e 2019 foram de 83 e 63 alunos, respectivamente. Também se constatou que para o recebimento de auxílio financeiro em forma de bolsa, o aluno deve cumprir algumas condicionantes e por isso nem todos os cotistas recebem esse auxílio. A seguir apresentamos um panorama relativo ao recebimento de bolsas, financeiras ou não; e taxa de evasão para ambos os anos de ingresso.

Quadro 2: Situação dos alunos cotistas em relação à assistência estudantil e a evasão

Ano de ingresso	Alunos cotistas que receberam bolsa financeira	Alunos cotistas que recebem alimentação	Alunos cotistas alojados	Taxa de evasão entre os cotistas	Taxa de evasão entre os NÃO cotistas
2017	04*	30	24	63,8%	43,3%
2019	01*	51	48	19%	24,5%

Fonte: Assistência estudantil *campus*

*Bolsa transporte

Importante registrar que consideramos como bolsa financeira os auxílios transporte e moradia, conforme narrado anteriormente. Ademais, que mesmo havendo um gasto para a

instituição, a assistência estudantil de alimentação e alojamento, não significam o repasse financeiro ao aluno que a utiliza.

Nesse interim, resta evidente que a taxa de evasão entre os alunos cotistas é maior em ambos os anos analisados quando comparada aos alunos que ingressaram por meio da ampla concorrência. Faz-se importante ressaltar que o fornecimento de alimentação para todos os alunos e a disponibilidade de alojamento para grande maioria dos estudantes cotistas tem sido fator predominante de permanência.

Dessa forma, identificou-se que dos trinta alunos cotistas ingressantes no ano de 2017 e que continuam matriculados no *campus*, apenas seis não residem nos alojamentos da instituição. Desses seis, metade recebe auxílio transporte. São pagamentos mensais, no valor de duzentos reais, pagos conforme o calendário acadêmico de aulas anual. Portanto, pode-se afirmar que o *campus* não consegue atender todos os estudantes que necessitam desse auxílio. Da mesma forma é possível afirmar que esses seis estudantes não residem no *campus* e também não são contemplados com a bolsa na modalidade moradia.

Nesse contexto, a oferta de alimentação gratuita aos estudantes do *campus* por meio do restaurante próprio, se constitui em uma importante ferramenta de permanência. Atualmente todos os alunos regularmente matriculados podem realizar suas refeições no *campus* de maneira gratuita, sendo café da manhã, almoço e jantar (verificar). Por isso, a instituição não realiza oferta de bolsa em dinheiro nessa modalidade.

Ao extrair informações sobre a frequência dos estudantes, foi possível identificar que 12, dos 63 estudantes que ingressaram por meio da reserva de vagas por cotas sociais e étnicas raciais em 2019, não frequentam mais a sala de aula. Ou seja, o percentual de alunos cotistas que se evadiu do *campus* é de 19% apenas nos dois primeiros bimestres do primeiro ano letivo.

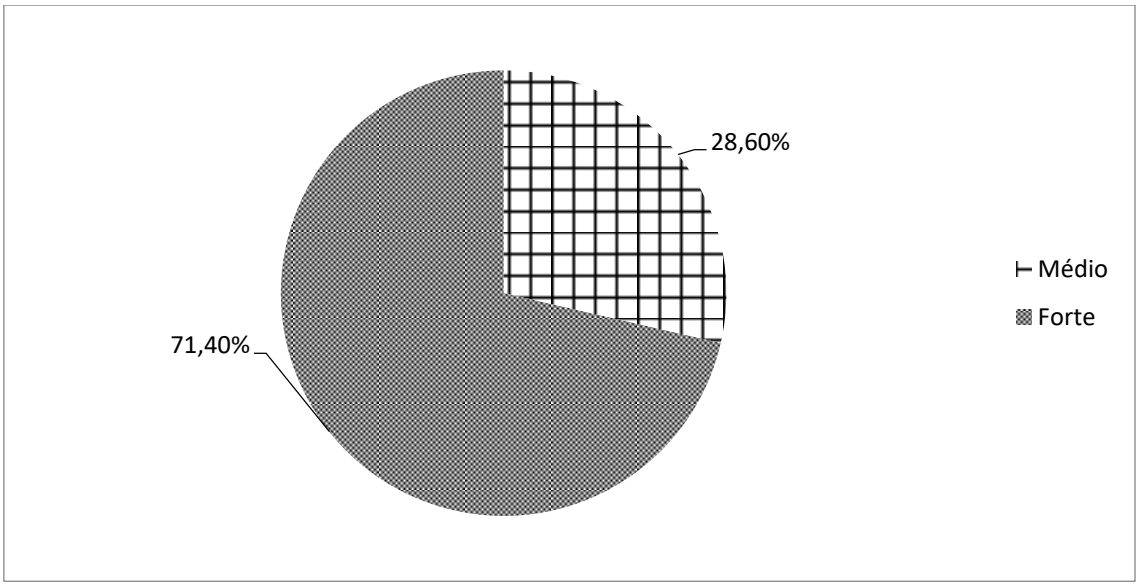
Por final, é necessário analisar que a principal ação de assistência estudantil para os alunos do curso técnico em agropecuária integrado ao ensino médio não está o repasse financeiro ao aluno cotista em forma de bolsa. Mas sim, na oferta diária e integral de alimentação por meio do restaurante universitário e na disponibilidade de alojamento, que contempla os alunos cotistas que muitas vezes vem de outros municípios.

4.2 Experiência e vivência sobre o tema da aprendizagem escolar

Tendo como premissa a argumentação de Libâneo (2004) de que a aprendizagem

necessita de uma estrutura da atividade do aprender, incluindo como tarefa de aprendizagem, as ações de aprendizagem e ações de acompanhamento e avaliação, que tenham como objetivo a compreensão do objeto de estudo em suas relações. A pesquisa buscou entender o conceito atribuído pelo grupo de servidores ao tema da aprendizagem escolar. Na questão de número 02 os servidores foram questionados com base na atuação profissional como a assistência estudantil vem sendo trabalhada no *campus*; se seria possível afirmar que a assistência estudantil tem se preocupado com o êxito dos estudantes.

Figura 4: A interrelação entre a assistência estudantil e o êxito dos alunos



Fonte: Elaborado pelo autor

Entre as respostas colhidas, cerca de 70% dos respondentes afirmaram que a ação da assistência estudantil é realizada de forma comprometida com o êxito dos estudantes. Porém, não se configura como unanimidade essa concepção, pois cerca de 30% dos respondentes dizem não haver uma relação direta entre os temas. Isso mostra que, na percepção desse pequeno grupo, a política de assistência estudantil está sendo utilizada sobre a perspectiva do direito social do cidadão, dissociada do processo de ensino aprendizagem.

Sobre esse assunto específico remonta uma questão decisiva nas competências da escola. Se por um viés vimos na pesquisa que o IFMT em seu projeto político institucional trata a assistência estudantil com objetivo do direito social. Por outro existe uma forte inclinação dos servidores em utilizar a assistência estudantil enquanto ação qualificadora do ensino.

A crítica ao modelo atual se concentra na visão assistencialista existente hoje. Cujo objetivo está desvinculado de ações concretas de melhoria das capacidades individuais e motivacionais dos estudantes para a permanência.

4.3 Concepção acerca do objetivo da assistência estudantil;

Como resultado de um processo histórico de construção social, a política de assistência estudantil se configura, segundo Barbosa (2009) como um conjunto de políticas realizadas através dos programas de promoção, assistência e apoio, que têm como objetivo principal criar condições que contribuam para a permanência dos estudantes nos estabelecimentos de ensino, melhorando sua qualidade de vida e consequentemente seu desempenho acadêmico e de cidadãos.

Logo, pode-se esperar que o objetivo da política no *campus* deve convergir para esse entendimento, ressaltada a questão de ser um instrumento de permanência dos estudantes na instituição. Diante disso, por meio do questionário os servidores foram indagados sobre o objetivo da política de assistência estudantil no próprio *campus*. A seguir apresentamos o resultado do questionamento, vejamos:

Questão n° 03: Sobre a perspectiva de sua atuação e experiência dentro do IFMT campus São Vicente, qual o objetivo da assistência estudantil no campus?

Quadro 3: Percepção enquanto o objetivo da assistência estudantil

Servidor	Resposta
S 01	*"A assistência estudantil no Campus São Vicente é fundamental para a **permanência e êxito** dos alunos no Curso devido à posição geográfica do Campus".*
S 02	*"Dar suporte a **permanência e ao êxito** dos estudantes".*
S 03	*"Garantir a **permanência** dos estudantes no ensino profissional e possibilitar experiências educativas diferenciadas como pesquisa, extensão, esportes, artes entre outras".*
S 04	*"De modo geral a PNAES objetiva e possibilita a **permanência e êxito** dos alunos nos cursos. Visa diminuir a evasão, a reprovação e minimizar as*

	desigualdades, promover igualdade de oportunidades. Na perspectiva da minha atuação (atenção à saúde) tem objetivo de promoção da qualidade de vida, prevenção de doenças, atendimento de enfermagem, acionamento de seguro escolar, ações socioeducativas acerca dos temas de sexualidade, prevenção de drogas licitas e ilícitas, promoção de hábitos saudáveis".
S 05	*"Garantir a* ***permanência com êxito*** *dos discentes que se encontram em situação de vulnerabilidade ou quaisquer outras situações de exclusão social que acarretam consequentemente na evasão escolar".*
S 06	*"Dar igualdade de oportunidades, criando condições do acesso,* ***permanência e êxito*** *do estudante".*
S 07	*"Estimular a* ***permanência e o êxito*** *de estudantes que geralmente se encontram em condições de vulnerabilidade social. Consequentemente, permite a esses jovens e suas famílias, perspectivas de um futuro melhor a partir da formação integral do ser humano para a vida e para o trabalho".*

Fonte: Elaborado pelo autor

Nota-se que mesmo a questão sendo aberta, ou seja, com possibilidade de o servidor discursar sobre o questionamento, em todas as respostas o objetivo da política de assistência estudantil foi relatado como indutora, promotora ou responsável pela permanência e o êxito dos estudantes. Esse posicionamento identificado reflete a posição de Silva e Nogueira (2016), que afirmam que a permanência na educação superior está condicionada a assistência estudantil, dado o grande número de alunos carentes que necessitam utilizá-la, traduzindo-se como semelhança ao curso avaliado. Para estes pesquisadores, além da assistência estudantil as ações gerais qualificadoras de ensino-aprendizagem são importantes para todos, podendo interferir na decisão de permanência, inclusive atenuando a violência da condição material.

4.4 Concepção sobre as ações de assistência estudantil ofertada pelo *campus.*

Neste critério de análise das respostas, tem-se por objetivo compreender como os servidores percebem a atuação do *campus* no sentido de acompanhar pedagogicamente aqueles estudantes que fazem jus ao auxílio estudantil, bem como identificar a forma com que os recursos públicos repassados em forma de benefícios estão sendo aplicados e monitorados em relação ao rendimento escolar desses estudantes.

Esse entendimento sinaliza a efetividade da política de assistência estudantil enquanto ferramenta de permanência e êxito dos estudantes. Por isso foi perguntado aos servidores se, *"Questão n° 04: Atualmente existe algum tipo de preocupação da instituição quanto ao acompanhamento pedagógico relacionado ao rendimento escolar específico aos alunos que recebem auxílio estudantil? Quais?"*

Entre os inquiridos, prevaleceu à resposta afirmativa, com destaque à resposta do Servidor S 04, que afirma: *"Sim, atualmente com a composição completa de equipe multiprofissional, nas reuniões com a pedagoga, psicóloga e assistencial social surgem discussões do acompanhamento pedagógico, implementação de protocolos e criação fluxos de atendimento, sempre visando o rendimento escolar, principalmente aos que recebem auxilio estudantil. Alguns alunos já recebem esse acompanhamento, de modo que se pretende expandir para todos da PNAE".*

Esse resultado positivo para a prática indissociada da concessão do auxílio e o monitoramento pedagógico, mostra que a instituição realiza suas atribuições legais. Essa ação potencializa a utilização de recursos públicos bem como visa diminuir a evasão escolar.

Entre as possibilidades de melhoria dessa prática no IFMT *campus* São Vicente, o servidor S 06 destacou a necessidade em estabelecer um fluxo claro e disseminado da maneira com que o atendimento é realizado. Vejamos a resposta do servidor: *"Sim existe a preocupação e ação para tentar atender as necessidades especifica porem estas ações ainda não compõem um fluxo de atendimento bem definido, sobre quem atende, quando, como onde registrar este atendimento".*

Em destaque sobre esse tema do questionário está à existência de equipe multidisciplinar no *campus* que conta com diferentes perfis profissionais prestando apoio pedagógico aos estudantes.

Ainda sobre a visão do acompanhamento pedagógico executado pelo *campus* para aqueles estudantes que recebem auxílio financeiro, aos servidores foi perguntado se existem atualmente recursos financeiros suficientes para atender todos os estudantes que fazem jus ao auxílio. Por meio das respostas, percebe-se que não existe um entendimento sobre a questão. Diferentes opiniões permitem a formulação da hipótese de que não exista clareza sobre a informação financeira ideal sobre valores, beneficiados e alunos que se enquadram no perfil para receber os auxílios. Cabe registrar que de acordo com o último edital de assistência estudantil do IFMT *campus* São Vicente, para concorrer aos auxílios era necessário à condição de renda familiar bruta per capita até 1,5 - um salário-mínimo e meio -, sendo os candidatos classificados de acordo com a vulnerabilidade socioeconômica (menor renda,

oriundos de famílias beneficiárias de Programa Social do Governo Federal como Bolsa Família, PET, ProJovem).

Também, o edital prevê que a existência de agravante social seja considerada no processo de seleção. Existe a necessidade da comprovação do agravante social, entre esses a existência de doenças crônicas em membros da família que necessitam de acompanhamento médico sistemático, bem como, o uso de medicamentos controlados, fisioterapias e demais tratamentos clínicos. Deverão ser apresentados laudos ou atestados médicos e receituários para fins de comprovação dos agravantes sociais. Os agravantes sociais a serem considerados referem-se às condições especiais do próprio candidato, seu cônjuge e/ou daqueles que custeiam as despesas dos candidatos (filhos, mãe, pai, avós, irmãos).

Das sete respostas recebidas, quatro respostas sinalizaram que existem recursos suficientes para a assistência ao educando em relação ao número de alunos que necessitam acessá-la. Entre as sugestões destacadas pelos inquiridos, está a necessidade de repensar a forma com que esses recursos são distribuídos, melhorar as estruturas de alojamento existentes, ampliar as práticas esportivas e culturais, além de garantir a regularidade da data de pagamento das bolsas aos estudantes.

Por meio da questão n° 06 - *Atualmente, é de seu conhecimento a existência de algum relatório ou levantamento que demonstre quantos alunos que receberam alguma assistência estudantil, em forma de bolsa (auxílio) direta em conta, conseguiram concluir seus estudos?* - os servidores foram consultados sobre o acompanhamento institucional relativo ao rendimento escolar.

A respeito desta indagação, a maioria respondeu pela não existência desse tipo de documento que demonstre o acompanhamento. Apenas dois servidores afirmaram existir a realização desse tipo de estudo. Pode-se, a partir das respostas, acreditar que mesmo existindo o relatório, a divulgação deste tem sido restrita a um pequeno grupo de servidores. Portanto repensar a forma de discussão sobre o resultado poderá ser importante ao *campus, sobretudo* para a própria equipe, visto que alguns entrevistados declararam desconhecer a existência deste tipo de documento que demonstra esse tipo de acompanhamento.

Diante da análise das respostas dos servidores, pode-se concluir que o IFMT *campus* São Vicente executa a política de assistência estudantil de acordo com as normas e regulamentos existentes e que a mesma possui a necessidade de ser mais bem discutida e formatada. Nesse sentido, percebe-se a atuação institucional alinhada à necessidade de melhoria de seus índices de evasão e por consequência do êxito estudantil. Nessa visão de resultados, além dos controles internos ao IFMT, como exemplo da própria auditoria interna,

existe a necessidade de a instituição prestar contas aos órgãos de controle externo, como o Tribunal de Contas da União – TCU.

Para discorrer sobre essa prestação de contas e acompanhamento, reservamos o tópico a seguir.

4.5 Indicadores de desempenho institucional

Para Rede Federal, o TCU apontou no acórdão nº 2.267/2005 TCU/Plenário, os indicadores que permitem à Secretária de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (SETEC), acompanhar a eficiência e eficácia das ações dos programas destinados aos Institutos Federais.

Esse modelo se evidencia ao passo que os institutos apresentam seus indicadores de desempenho definidos pelos órgãos de controle e pelo Ministério da Educação. Como é o caso dos indicadores de desempenho oriundos do Acórdão nº 2.267/2005 – TCU/Plenário[3].

Anualmente a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC do Ministério da Educação apresenta o Relatório de Análise dos Indicadores de Gestão das Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, em cumprimento ao subitem 9.3.2 do Acórdão n. º 2.267/2005-TCU/Plenário:

> 9.3. Recomendar à Secretaria de Educação Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC) que: (...) 9.3.2. Inclua, no relatório de gestão das contas anuais, apreciação crítica sobre a evolução dos dados (indicadores e componentes) constantes do subitem 9.1.1 deste Acórdão, com base em análise consolidada das informações apresentadas pelas Ifets, destacando aspectos positivos e oportunidades de melhoria do sistema de rede de instituições federais de ensino tecnológico (Acórdão n.º 2.267/2005-TCU/Plenário)

Entre os indicadores, destacaremos os quatro cujo objeto seja diretamente relacionado à permanência na instituição, seja pelo êxito do aluno ou insucesso do aluno pela evasão ou retenção.

Com a finalidade de auxiliar a interpretação dos resultados da pesquisa, foram eleitos quatro indicadores de desempenho que refletem o panorama do curso técnico em agropecuária integrado ao ensino médio do IFMT *campus* São Vicente. Esses indicadores são exigidos pelo tribunal de contas da união por meio do acórdão n° 2.267/2005. A seguir encontram-se relacionados os indicadores junto aos seus objetivos e sua medida de cálculo:

---

[3] O arquivo na íntegra com o Acórdão poderá ser encontrado em: http://www.tcu.gov.br/Consultas/Juris/Docs/judoc/Acord/20060117/TC-004-550-2004-0.doc>.

Quadro 4: Indicador de desempenho conforme Acórdão nº 2.267/2005 TCU/Plenário

Indicador	Objetivo	Medida de Cálculo
Relação de formandos por Matrícula Atendida (RFM)	Este indicador mede a capacidade de êxito do quadro de estudantes	Relação = (Concluintes / alunos matriculados) x 100
Índice de Retenção do Fluxo Escolar (RFE)	Este indicador mede a relação dos estudantes que não concluem seus cursos no período previsto	Índice = (Número de Alunos Retidos / alunos matriculados) x 100
Taxa de Evasão	Este indicador mede o percentual de matrículas finalizadas evadidas em relação ao total de matrículas atendidas. O resultado deste indicador possui relação direta com a duração dos cursos. Este indicador é influenciado pela taxa de crescimento das matrículas no período.	Índice = (Nº de alunos evadidos / total de matrículas) x 100
Taxa de Reprovação	Este indicador mede o percentual de reprovação em relação ao total de matrículas atendidas.	Índice = (Nº de alunos reprovados / total de matrículas) x 100

Fonte: Elaborado pelo autor

Na tabela 3 são apresentados os percentuais de alunos formandos em relação ao total de alunos matriculados para o curso técnico em agropecuária integrado ao ensino médio no IFMT *campus* São Vicente, considerando todo o universo de alunos do curso.

Tabela 3: Relação de alunos formandos por matrícula atendida.

Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio	Relação de formandos por Matrícula Atendida (RFM)	
	2017	2018
Técnico em agropecuária	14,11%	16%

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha 2019

Este indicador mede a porcentagem de formados (estudantes que concluíram o curso com êxito e estão aptos a colar grau) entre o total de matrículas. Esse indicador tem por objetivo mostrar a relação de entrega de concluintes ao mercado de trabalho pelos institutos

federais, sendo que sua apuração ocorre anualmente. Nesse indicador de resultado pode-se afirmar que em 2017, 14,11% dos alunos matriculados concluíram seus estudos. Sendo em 2018 16% dos estudantes matriculados foram entregues ao mercado de trabalho a partir da conclusão dos estudos no curso técnico em agropecuária.

Outro indicador que merece atenção é o índice de alunos retidos em disciplinas, vejamos a seguir a situação para o curso técnico em agropecuária integrado ao ensino médio do IFMT *campus* São Vicente:

Tabela 4: Retenção do fluxo escolar do curso técnico em agropecuária integrado ao ensino médio do IFMT – Campus São Vicente

Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio	Índice de Retenção do Fluxo Escolar (RFE)	
	2017	2018
Técnico em agropecuária	22%	22,8%

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha 2019

Este indicador demonstra a porcentagem de matrículas que se encontraram retidas (matrículas que estiveram ativas "Em Curso ou Integralizado em Fase Escolar" após a data prevista para o término de seus Ciclos de Matrícula) pelo menos um dia no ano de referência. O objetivo do indicador é mostrar qual o percentual de alunos que não formarão dentro do ciclo previsto. Em 2017, para o curso técnico em agropecuária no *Campus* São Vicente 22% dos estudantes estavam em situação de retidos mantendo-se praticamente estável o índice em 2018. A seguir veremos as taxas de evasão para o curso em questão.

Tabela 5: Taxa de evasão do curso técnico em agropecuária integrado ao ensino médio do IFMT – Campus São Vicente

Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio	Taxa de Evasão	
	2017	2018
Técnico em agropecuária	24 %	19,2%

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha 2019

Esse indicador mostra o percentual de estudantes que se desligaram do IFMT *campus* São Vicente no curso técnico em agropecuária integrado ao ensino médio. Em 2017 24% dos

estudantes desistiram do curso, havendo uma melhora no indicador no ano seguinte, onde o percentual de evasão foi de 19,2%.

Para mitigar os altos índices de alunos retidos e aumentar o índice de eficiência acadêmica, o IFMT criou, em 2017, o Plano Estratégico de Ações de Permanência e Êxito. Considerando a característica *multicampi* foi instituído em cada unidade uma Comissão Permanente Local de Acompanhamento das ações de Permanência e Êxito, com o objetivo de elaborar ações efetivas, envolvendo toda a comunidade escolar e no intuito de levantar dados, tabular, apresentar e propor ações e intervenções que possam minimizar gradativamente a evasão e a retenção nos cursos ofertados.

No sentido de analisar a política de permanência no IFMT, faz-se importante estabelecer que a permanência na instituição é definida como tema indissociável a evasão e a retenção escolar. Portanto, pode-se afirmar que a permanência ocorre sempre que o aluno tenha evoluído dentro do ciclo correto do curso e que não tenha evadido da escola por diferentes motivos. Essa definição encontra-se claramente definida no Projeto Pedagógico Institucional, parte integrante do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2019 – 2023. Deve constar nas referências.

A partir da definição da política institucional o IFMT aborda o tema de permanência sobre diferentes óticas, por entender que o tema é transversal e por isso não pode ser tratado separadamente. Com o objetivo de fortalecer o tema o IFMT assume o compromisso com a permanência relacionada à questão de direitos humanos, com enfoque nas diversidades de gênero, cultural, racial, social, religiosa ou opção política.

Também trabalha o tema da permanência conjuntamente com a política de assistência estudantil - PNAES, com base na LDB de 1996, que garante o dever do Estado em implementar estratégias para propiciar condições de acesso e permanência a pessoas em situação de vulnerabilidade social. Nesse prisma a assistência estudantil configura-se como principal ferramenta do IFMT que viabiliza a permanência e o êxito dos estudantes.

As ações de permanência no IFMT vinham ocorrendo de maneira individualizada por *campi*, reflexo da característica da autonomia pedagógica de seus *campi*. Porém, o tema ganhou relevância no ano de 2017, quando foram emitidas constatações sobre a necessidade de aumentar os índices de permanência pelo Tribunal de Contas da União no Acórdão TCU n° 4.836/2017. A partir de então, o Instituto Federal de Mato Grosso criou o Plano Estratégico de Ações de Permanência e Êxito, considerando a característica *multicampi* da instituição. Para isso, foram instituídas em todos os *campi*, comissões Permanente Local de

Acompanhamento das ações de Permanência e Êxito. A seguir apresentaremos a taxa de reprovação.

Tabela 6: Taxa de reprovação do curso técnico em agropecuária integrado ao ensino médio do IFMT – Campus São Vicente

Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio	Taxa de Reprovação	
	2017	2018
Técnico em agropecuária	12,2%	15,65%

Fonte: Fonte: Plataforma Nilo Peçanha 2019

A reprovação tem sido trabalhada no sentido de entender que são comuns os casos de estudantes que evadem do IFMT após a reprovação em disciplinas. O *campus* São Vicente no curso técnico em agropecuária integrado ao ensino médio teve taxa de reprovação de 12,2% no ano de 2017 e de 15,65% em 2018.

Dado os índices de desempenho do IFMT, faz-se importante agora trazermos as informações acerca do desempenho escolar dos estudantes do *campus*, participantes da pesquisa. Para isso a próxima seção se compromete em identificar o rendimento desses alunos em disciplinas chaves para a formação integral.

4.6 Rendimento escolar dos estudantes cotistas

Com a finalidade de entender como os estudantes cotistas respondem ao processo de ensino aprendizagem ofertado pelo *campus*, apresentaremos a seguir dados sobre a situação das matrículas dos alunos cotistas registrados no sistema SISTEC.

Entre os trinta estudantes cotistas que ingressaram no ano de 2017 e que ainda permanecem no IFMT *campus* São Vicente, cinco não irão concluir o curso no período previsto no projeto pedagógico do curso, visto que reprovaram (no primeiro ano), sendo quatro reprovações em disciplinas e uma reprovação por faltas.

No quesito aproveitamento, traduzido pelas notas finais lançadas no primeiro ano, os cotistas que ainda permanecem no *campus* tiveram média geral de 6,71 na disciplina de português, média inferior quando comparada a média geral dos ingressantes pela ampla concorrência que foi de 7,78. Na disciplina de matemática, os participantes da pesquisa,

obtiveram média final no primeiro ano em 2017 de 6,71, permanecendo abaixo do rendimento do grupo de estudantes que ingressaram pela ampla concorrência, cuja média final foi de 6,91.

Essa análise nos revela que atacar a fragilidade relativa à formação anterior ao ingresso no IFMT, ação essa que se encontra prevista no Plano Estratégico de Ações de Permanência e êxito do IFMT, é realmente importante. Essa é uma ação que está diretamente ligada a fatores internos que levam a evasão escolar e ao insucesso do estudante. Muitas vezes ela é trabalhada em formato de nivelamento no primeiro bimestre de cada ano letivo com as turmas ingressantes.

Neste sentido ainda, a falta de acompanhamento efetivo e constante do docente em relação ao desempenho do aluno pode vir a acarretar um baixo nível de aproveitamento por parte dos estudantes relativo aos conteúdos curriculares. Explicando também a diferença entre os estudantes cotistas e não cotistas observados na disciplina de português no ano de 2017.

Entre a amostra da disciplina da formação técnica chamada de olericultura I, a média do grupo cotista ficou em 7,12, superior à média dos estudantes ingressantes pela ampla concorrência que foi de 6,59.

Conforme Silva *et al* (2013), os jovens possuem pretensões e por isso atribuem significados diferentes a experiência escolar. Nesse sentido, a importância dada à escola, bem como a possibilidade de ingresso no mercado de trabalho, está relacionada à possibilidade de projeção social do estudante. Por isso, pode ser justificada uma maior importância para a disciplina técnica entre os alunos cotistas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista o trabalho investigativo disposto, que procurou contribuir para os trabalhos que versam sobre a política de permanência e a utilização dessa ferramenta para a aprendizagem escolar, pode-se apontar alguns tópicos conclusivos.

O primeiro consiste na afirmativa de que o instituto Federal de Mato Grosso *Campus* São Vicente utiliza a assistência estudantil com o entendimento de que essa possui caráter social e serve como instrumento para a permanência escolar, bem como a utilização da assistência estudantil tem tido um processo gradativo em relação aos cuidados desta com a aprendizagem escolar.

Nesse sentido, a preocupação da gestão em compor a comissão local de permanência e êxito, assim como a comissão de assistência estudantil, mostra que o tema encontra-se sempre

na agenda de discussões da instituição e da equipe responsável pelas ações que convergem em minimizar esses problemas.

O segundo tópico conclusivo remete em identificar que o IFMT possui regulamentação interna sobre o tema; e que essa contribui para a formação de uma estrutura administrativa com foco na seleção e pagamento de bolsas, oferta de alimentação e transporte aos estudantes. Mas que essa organização administrativa não é tão efetiva quando se trata de redução dos índices de evasão e o acompanhamento do processo de ensino aprendizagem, o que demonstra uma fragilidade a ser enfrentada e superada, sobretudo pedagogicamente.

Entre as possibilidades que surgem a partir desse estudo, prioritariamente está a necessidade do IFMT rediscutir os regulamentos de assistência estudantil e avaliar a possibilidade de estabelecer metodologia de acompanhamento do rendimento escolar. Mesmo que isso signifique alterar a concepção da assistência estudantil apenas com direito social. A manutenção de mais estudantes até a conclusão do curso técnico em agropecuária integrado ao ensino médio significa responsabilidade no uso do recurso público investido em alimentação, transporte e alojamento, bem como um retorno social ao inserir esses jovens ao mundo do trabalho, cumprindo assim sua função social enquanto agência socializadora e educacional.

Outro fator conclusivo perpassa pela necessidade de se discutir a dessemelhança entre os conceitos de êxito escolar definido pelos órgãos de controle, ao considerarem somente a formação no prazo prevista nos projetos pedagógicos dos cursos em relação ao cenário real da educação vivenciada pelo IFMT. Por isso, o êxito escolar deve ser entendido de forma associada a fatores sociais e econômicos, como a necessidade de trabalhar e estudar, transporte escolar, alimentação, formação anterior ao ingresso na instituição. Fatores que podem retardar a formação do aluno, porém de maneira alguma retiram o êxito na formação desse estudante.

Os resultados obtidos apontam para a necessidade do *campus* em trabalhar para a redução da evasão, principalmente entre o grupo de estudantes cotistas, participantes da pesquisa. Dados demonstraram que a evasão entre os cotistas é superior quando comparada aos demais estudantes, o que externa e urge a necessidade de uma intervenção pedagógica concreta e efetiva para este fim. Diante disso apontamos algumas ações estratégicas que a instituição pode assumir no sentido de minimizar ou quiçá resolver tais problemas, como por exemplo, acolher esses alunos de modo que os mesmos tenham plenas condições de moradia, transporte e alimentação; oferecer de forma diagnosticada previamente e estrategicamente planejada o nivelamento da aprendizagem anterior ao ingresso, sobretudo aos oriundos de

escolas públicas que utilizam o sistema de ciclo e se ingressaram através do sistema de cotas; e por fim, planejar ações e atividades que proporcionem uma melhor adaptação destes estudantes à nova rotina em que os estarão imersos.

Acredita-se que, assumindo essa postura e essas ações concretamente a instituição se fortalecerá no combate à evasão e retenção de seus alunos, sobretudo àqueles que requerem maior atenção pedagógica e institucional, proporcionando maiores oportunidade de êxitos em seu processo de aprendizagem e contribuindo para que esses alunos possam efetivamente se preparar para o mercado de trabalho e para uma futura ascensão social possibilitada por um ensino público de qualidade e transformador. Desta forma todos os esforços administrativos e pedagógicos assumirão seu afortunado papel de agente transformador e promotor de oportunidades a todos.

Ao concluir a pesquisa é possível afirmar que o objetivo geral da pesquisa, em compreender o processo de aprendizagem, relacionando com a atuação direta da política de permanência do IFMT no resultado do fracasso ou sucesso dos estudantes, foi devidamente alcançado, pois foram evidenciadas as ações institucionais tanto de aprendizagem quanto de assistência estudantil utilizada pelo IFMT Campus São Vicente.

Da mesma forma os objetivos específicos da pesquisa conduziram o caminhar para o alcance do objetivo geral. Conhecer o rendimento escolar dos alunos do curso técnico em agropecuária, integrado ao ensino médio, participantes da pesquisa e relacionar as ações de permanência foram fundamentais para esse processo de pesquisa científica.

6. REFERÊNCIAS

ARAUJO, Cristiane F.; SANTOS, Roseli A. dos. **A Educação Profissional de nível médio e os fatores internos/externos às instituições que causam a evasão escolar.** 4º Congresso Internacional de Cooperação Universidade – Indústria - Taubaté, SP – Brasil – Dez., 2012. Disponível em: http://www.unitau.br/unindu/artigos/pdf525.pdf .Acesso em: 16 de fevereiro de 2019.

BARBOSA, Roseane de A. A Assistência ao Estudante da Residência Universitária na UFPB. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/7212/1/arquivototal.pdf>. Acesso em 09 jun. 2018.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Org.). **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: Um Manual Prático**. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BORDENAVE, R.D, PEREIRA, A.M. **Estratégias de Ensino-Aprendizagem** – 25ª Edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BORTONI-RICARDO, Stella Maria (2008) O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Parábola.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão nº 2.267/2005 – Tribunal de Contas da União. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/indicadores_gestao_maio.pdf>Acesso em 08 fev. 2019.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão n° 4.836/2017, Brasília. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/diarios/149253987/dou-secao-1-07-06-2017-pg-130>. Acesso em: 13 nov. 2013.

BRASIL. Decreto-lei nº 7.313 de 22 de setembro de 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/D7313.htm> Acesso em 17 jan. 2019.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Disponível em: <http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2011.892008?OpenDocument>. Acesso em: 09 ago.2018. Verificar forma de referenciar. Não seria BRASIL?

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Disponível em: < Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Disponível em: <http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2011.892008?OpenDocument>. Acesso em: 09 ago.2018.

BRASIL. Instituto Federal de Mato Grosso. Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI/IFMT (2014-2018). Disponível em: < http://ifmt.edu.br/conteudo/pagina/pdi-2014-2018/> Acesso em: 24 mai. 2019

BRASIL. Instituto Federal de Mato Grosso. Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI/IFMT (2019-2023). Disponível em: < http://ifmt.edu.br/conteudo/pagina/pdi-2019-2023/> Acesso em: 24 mai. 2019

BRASIL. Instituto Federal de Mato Grosso. Plano de Desenvolvimento Institucional 2014 - 2018. Disponível em: <http://www.prodin.ifmt.edu.br/post/1001561/> - acesso em: 06 ago. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Nota Informativa nº 138/2015/DPE/DDR/SETEC/MEC.** Brasília, DF: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, 2015.

BRASIL, **Acórdão TCU nº 4.836/2017**, que trata de auditoria operacional centralizada no IFMT. Rede Federal de Educação profissional. Necessidade de aprimoramento nas atuações relacionadas à evasão escolar. Brasília/DF: Tribunal de Contas da União, 2017. Disponível em: http://bibliotecadigital.mpf.mp.br/bdmpf/bitstream/handle/11549/117161/DMPF_EXTRAJUD_20170831.pdf. Acesso em: 18 de fevereiro de 2019.

BRASIL. Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 25 jul. 2018.

BRASIL. Decreto-lei nº 5.409, de 24 de abril de 2007. BRASIL. Institui o Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em: 01 ago. 2018.

BRASIL. Decreto-lei nº 6.096, de 24 de abril de 2007. BRASIL. Institui o Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em: 01 ago. 2018.

BRASIL. Decreto-lei nº 7.824, de 11 de outubro de 2012. Regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7824.htm>. Acesso em: 01 ago. 2018.

BRASIL. Decreto-lei nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/DetalhaSigen.action?id=26323294>. Acesso em: 09 ago. 2018.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 02 ago. 2018.

CHURCHILL JR., G.A. Marketing research: methodological foundations. Chicago: The Dryden Press, 1987

DORE Rosemary; LÜSCHER. Ana Zuleima. **Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais**. Cadernos de Pesquisa. vol. 41 nº.144 São Paulo, Set./Dez. 2011.

DUBAR, C. A sociologia do trabalho frente à qualificação e à competência. *Educação e Sociedade*, Campinas, n. 64, set., p. 87-103, 1998.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

GADOTTI, Moacir. Educação e Poder. São Paulo, Cortez, Autores Associados, 1980.

GADOTTI, Moacir. Concepção Dialética da Educação: um estudo introdutório. São Paulo: Editora Cortez. Ed. 9. 1995.

GENARI, Adilson Marques. Globalização, Neoliberalismo e abertura econômica no Brasil nos anos 90. Pesquisa e Debate, São Paulo, v.13, 2001.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

LIBÂNEO, J. C. A aprendizagem escolar e a formação de professores na perspectiva da Psicologia Histórico-cultural e da Teoria da Atividade. Educar em Revista, n. 24, p. 113-147, 2004

LIMA, S. D. F. **Avaliação da Aprendizagem: Contextos e as Concepções dos Docentes do IFMT Câmpus São Vicente.** 2018. 44 f. Dissertação (Mestrado em Ensino) – Instituto Federal de Mato Grosso, Universidade de Cuiabá. Cuiabá, 2018.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARCONDES, Nilsen Aparecida Vieira, **Análise Por Triangulação De Métodos: Um Referencial Para Pesquisas Qualitativas.** Revista Univap – São José dos Campos-SP-Brasil, v. 20, n. 35, jul.2014. ISSN 2237-1753.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
ROGERS, C.R. Liberdade para aprender. Belo Horizonte: Interlivros; 1978.

SILVA, Maria das Graças Martins; NOGUEIRA, Patrícia Simone. A permanência dos estudantes na educação superior para além da assistência estudantil. Rev. Fac. Educ. (Univ. do Estado de Mato Grosso), Vol. 25, Ano 14, nº 1, p. 111-129, jan./jun. 2016).

SILVA, Maria das Graças Martins; NOGUEIRA, Patrícia Simone. Permanência na Educação Superior: traçado dos estudos e faces da realidade. Revista Educação em Foco. UEMG. v. 18, nº 26. 2015.

SILVA, M. R.; PELISSARI, L. B.; STEIMBACH, A. A. Juventude, escola e trabalho: permanência e abandono na educação profissional técnica de nível médio. Educação e Pesquisa, v. 39, n. 2, p. 403-17, jun. 2013.

SMITH, Adam (1976). A Riqueza das Nações. Coleção Os Economistas. São Paulo: Editora Nova Cultura. 1996.

SOUSA VD, Driessnack M, Mendes IAC. Revisão dos desenhos de pesquisa relevantes para enfermagem. Parte 1: desenhos de pesquisa quantitativa. Rer Latinoam Enferm. 2007; 15(3):502-7

VIEIRA, Valter A. As tipologias, variações e características da pesquisa de marketing. Revista da FAE, Curitiba, v. 5, n. 1, p. 61-70, jan./abr. 2002.

VELOSO, Tereza Christina Mertens Aguiar; MACIEL, Carina Elisabeth (2015). Acesso e permanência na educação superior – análise da legislação e indicadores educacionais. *Revista Educação Em Questão*, *51*(37), 224-250.

VELOSO, Teresa Christina; ALMEIDA, Edson Pacheco de. Evasão nos cursos de graduação da Universidade Federal de Mato Grosso, *Campus* Universitário de Cuiabá – um processo de exclusão. In: REUNIÃO DA ANPED, 24., 2001, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: http://www.serie-estudos.ucdb.br/index.php/serie-estudos/article/view/564/453. Acesso em: 12 jan. 2019.

VIGOTSKY, Lev Semenovich. APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO INTELECTUAL NA IDADE ESCOLAR. Disponível em: http://www.unifal-mg.edu.br/humanizacao/wp-content/uploads/sites/14/2017/04/VIGOTSKI-Lev-Semenovitch-Linguagem-Desenvolvimento-e-Aprendizagem.pdf . Acesso em 01 jun. 2018.

7. APENDICES

1.1 Apêndice A – Termo de consentimento livre e esclarecido

1. Gostaríamos de convidar você a participar como voluntário (a) da pesquisa **"A RELAÇÃO ENTRE OS ASPECTOS SOCIAIS E O PROCESSO DE APRENDIZAGEM NO INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO - *CAMPUS* SÃO VICENTE: ANÁLISE DA CONTRIBUIÇÃO INSTITUCIONAL**". O motivo que nos leva a realizar esta pesquisa é promover ações socioassistenciais e pedagógicas no ambiente escolar que sejam fundamentadas em uma visão de mundo onde é possível promover potencialidades humanas para a vida e para o trabalho. Nesta pesquisa pretendemos analisar o processo de aprendizagem, relacionando com a atuação direta da política de permanência do IFMT no resultado do fracasso ou sucesso dos alunos. Especificamente a pesquisa irá analisar o rendimento escolar dos alunos que ingressaram através da reserva de vagas no IFMT *campus* São Vicente nos anos de 2016 e 2018. E ainda identificar e analisar as ações específicas de permanência ofertada para os alunos das turmas de 2016 e 2018 do IFMT *campus* São Vicente.

2. Caso você concorde em participar, vamos fazer as seguintes atividades com você: aplicação de questionário semiestruturado. Esta pesquisa tem alguns riscos, que são: risco de constrangimento pelas perguntas a serem respondidas. Mas, para diminuir a chance desses riscos acontecerem, iremos marcar hora e o local será o de seu trabalho na instituição. A pesquisa servirá como norteadora de futuros ajustes na política de assistência estudantil e no currículo ao passo que ao compreender melhor o processo de aprendizagem escolar e a sua relação com o desenvolvimento do adolescente; a disposição dos conteúdos no currículo escolar poderá sofrer ajustes. Significando uma redução nos índices de evasão através de uma política mais acertada e interligando os aspectos assistenciais às atividades de ensino. Poderá ainda, balizar o plano anual de capacitação de servidores com vistas a melhorar pontos específicos que por ventura estejam menosprezados.

3. Para participar deste estudo você não vai ter nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, se você tiver algum dano por causadas atividades que fizermos com você nesta pesquisa, você tem direito a indenização. Você terá todas as informações que quiser sobre esta pesquisa e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Mesmo que você queira participar agora, você pode voltar atrás ou parar de participar a qualquer momento. A sua participação é voluntária e o fato de não querer

participar não vai trazer qualquer penalidade ou mudança na forma em que você é atendido (a). O pesquisador não vai divulgar seu nome. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar.

4. Este termo será elaborado em duas vias, rubricadas em todas as suas páginas e assinadas, ao seu término, pelo convidado a participar da pesquisa, ou por seu representante legal, assim como pelo pesquisador responsável, ou pela (s) pessoa (s) por ele delegada (s), devendo as páginas de assinaturas estar na mesma folha. Em ambas as vias deverão constar o endereço e contato telefônico ou outro, dos responsáveis pela pesquisa e do CEP local e da CONEP, quando pertinente.. Os dados coletados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos, e após esse tempo serão destruídos. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

5. O(a) Sr.(a) terá o direito e a liberdade de negar-se a participar desta pesquisa total ou parcialmente ou dela retirar-se a qualquer momento, sem que isto lhe traga qualquer prejuízo com relação ao seu atendimento nesta instituição, de acordo com a Resolução CNS nº466/12 e complementares.

6. Será garantido ao participante da pesquisa espaço para que o mesmo possa expressar seus receios ou dúvidas durante o processo de pesquisa, evitando qualquer forma de imposição ou constrangimento, respeitando sua cultura.

7. A fim de garantir o acompanhamento e assistência a que terão direito os participantes da pesquisa, inclusive considerando benefícios e acompanhamentos posteriores ao encerramento e/ ou a interrupção da pesquisa. Será garantido ao participante, se necessário, assistência psicológica com profissional da área. Devidamente cadastrado junto à pesquisa de acordo com a Resolução CNS nº466/12 e complementares.

8. Declaro que concordo em participar da pesquisa e que me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Cuiabá/MT, _____ de _____ de 2019.

_____

Assinatura do Participante

_____

Assinatura do (a) Pesquisador (a)

João Germano Rosinke
Instituto Federal de Mato Grosso
Fone: (66) 9 9607 8422
E-mail: joao.rosinke@ifmt.edu.br